



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO

LITERACIA FISCAL

Importância e Perceção – Peniche

Luís Miguel Ferreira Costa

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Gestão,
para a obtenção do Grau de Mestre em Gestão Fiscal.

Orientador: Professor Doutor Vasco Valdez

LISBOA

2017

JÚRI

Presidente	Professor Doutor José Alberto Lopes da Costa
Arguente	Professor Doutor Vasco Branco Guimarães
Orientador	Professor Doutor Vasco Valdez

*“A mente que se abre a uma nova ideia,
jamais volta ao seu tamanho inicial”*

ALBERT EINSTEIN

RESUMO

É objetivo principal desta Dissertação de Mestrado em Gestão Fiscal, incidir sobre a problemática da literacia fiscal em Portugal, nomeadamente em Peniche.

Avaliando esta situação, serve o presente estudo académico para contribuir para a avaliação dos cidadãos, relativamente aos seus conhecimentos sobre o sistema fiscal português e seus impostos.

A forma mais apropriada para avaliar estes conhecimentos é através da realização de um inquérito, com questões relacionadas com sistema fiscal e impostos. O universo de inquiridos são os estudantes do ensino superior de Peniche e os pescadores de Peniche.

Em termos gerais, os dados recolhidos, permitem conhecer o impacto dos impostos na vida das pessoas e empresas, perceber a importância do sistema fiscal na sociedade, perceber se os demais cidadãos conhecem os principais impostos, se é fundamental a educação fiscal nas escolas, se há relação entre a Administração e os contribuintes, se entendem a necessidade da cobrança dos impostos, e ainda se há relação nas respostas de ambas as amostras.

A educação é fundamental para a formação do cidadão, sendo este o ponto de partida das sociedades modernas. A educação fiscal assume especial importância, na medida em que permite dotar os cidadãos de conhecimentos fiscais tornando-os elementos ativos, promovendo o cumprimento fiscal das suas obrigações.

As conclusões retiradas deste inquérito permitiram saber que a maioria dos inquiridos, independentemente de serem estudantes do ensino superior ou pescadores, apesar de serem conhecedoras dos principais impostos e que relativamente aos mesmos consideram que o sistema fiscal é complexo, têm dúvidas relativamente aos principais impostos do sistema fiscal português.

O atual ambiente educacional presente na amostra estudantil não se verificou determinante, pelo que o atual modelo de ensino não valoriza o enriquecimento fiscal dos cidadãos. Medidas imediatas devem ser tomadas, nomeadamente programas de educação fiscal.

PALAVRAS-CHAVE: Literacia Fiscal; Educação Fiscal, Impostos, (In) Cumprimento Fiscal, Contribuintes

ABSTRACT

It is the main objective of this Master's Dissertation to focus on the issue of tax literacy in Portugal, namely in Peniche.

Evaluating this situation, it serves the present academic study to contribute to the evaluation of the citizens, regarding their knowledge about the Portuguese tax system and its taxes.

The most appropriate way to assess this knowledge is through conducting an inquiry, with questions related to tax system and taxes. The universe of respondents are the students of higher education in Peniche and the fishermen of Peniche.

In general terms, the data obtained allow us to know the impact of taxes on the lives of people and companies, to understand the importance of the tax system in society, to understand if other citizens are aware of the main taxes, if there is a relationship between the Administration and the taxpayers, if they understand the need to collect taxes, and if there is a relationship in the answers of both samples.

Education is fundamental for the formation of the citizen, and this is the starting point of modern societies. Fiscal education is of importance in that it enables citizens to acquire fiscal knowledge by making them active, promoting fiscal compliance with their obligations.

The conclusions drawn from this survey showed that most of the respondents, regardless of whether they are students of higher education or fishermen, although they are knowledgeable about the main taxes and that they consider the tax system to be complex, Portuguese tax system.

The current educational environment in the student sample has not been decisive, so the current model of education does not value the fiscal enrichment of citizens. Immediate measures should be taken, notably fiscal education programs.

KEY WORDS: Fiscal Literacy; Tax Education, Taxes, (In) Tax Compliance, Taxpayers

AGRADECIMENTOS

Não será através desta pequena secção de agradecimentos, pois o espaço é limitado, que conseguirei agradecer, como expetável, a todas as pessoas que ao longo deste Mestrado em Gestão Fiscal me acompanharam e ajudaram a cumprir um dos meus objetivos, e concluir com êxito mais uma etapa académica da minha vida.

Todas as palavras de agradecimento serão poucas e certamente esquecerei de mencionar alguém.

Ao coordenador de Mestrado e orientador da Dissertação, Professor Doutor Vasco Valdez, agradeço a oportunidade e o privilégio de o conhecer, e tanto aprender com a sua capacidade única de motivar e transmitir conhecimento. Sem dúvida que a sua experiência de campo muito contribuiu para o meu enriquecimento, quer pessoal, quer académico.

Quero também agradecer ao Instituto Superior de Gestão em Lisboa, enquanto instituição de ensino superior, por ter proporcionado todas as condições necessárias para a realização deste Mestrado.

Ao corpo docente, com capacidades únicas e com conhecimentos ímpares, que sempre motivados conseguiram transmitir o máximo de informação, de forma intuitiva e prática.

À Dra. Conceição Lopes, por todo o carinho e amizade.

Aos meus colegas de Mestrado, obrigado pela vossa amizade, companheirismo e ajuda.

Um agradecimento especial às instituições Docapesca, Escola Superior de Peniche e à Capitania de Peniche, por terem possibilitado o acesso às instalações e base de dados, facilitando a realização desta Dissertação.

Aos meus amigos, em especial aos mais próximos, agradeço a compreensão pelo tempo despendido neste projeto pessoal, onde me ausentei inúmeras vezes.

Por fim, um especial agradecimento à minha família, por acreditarem sempre em mim, nas minhas capacidades, e por todos os ensinamentos transmitidos.

A todos, um profundo obrigado.

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AT	Autoridade Tributária
CAE	Classificação das Atividades Económicas
CRP	Constituição da República Portuguesa
CRP	Constituição República Portuguesa
DGCI	Direção-Geral das Contribuições e Impostos
ESTM	Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar
EUA	Estados Unidos da América
IBM	International Business Machines
IDEFF	Centro de investigação de Direito Económico, Financeiro e Fiscal
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IRS	Internal Revenue Service (USA)
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos
ISV	Imposto Sobre Veículos
IT	Inspeção Tributária
IUC	Imposto Único Circulação
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
NCEE	National Council of Economic Education (USA)
NIF	Número de Identificação Fiscal
OC	Orçamento Cidadão
OCC	Ordem dos Contabilistas Certificados
OE	Orçamento do Estado
PNEF	Plano Nacional de Educação Fiscal
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
USA	United States of América
VPT	Valor Patrimonial Tributário

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA E RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O CONTRIBUINTE	4
I. REVISÃO DA LITERATURA	4
I.1. NOTA INTRODUTÓRIA	4
I.2. EDUCAÇÃO FISCAL	5
I.3. CIDADANIA.....	6
I.4. CIÊNCIAS SOCIAIS.....	8
I.4.1. PSICOLOGIA SOCIAL E FISCAL	8
I.4.2. SOCIOLOGIA SOCIAL E FISCAL.....	9
I.4.3. MORALIDADE E CULTURA FISCAL.....	10
I.5. EVASÃO E FRAUDE FISCAL	10
I.6. ESTUDOS COMPARATIVOS	13
I.6.1. EUROPA	14
I.6.2. BRASIL.....	22
I.6.3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	24
I.7. INICIATIVAS FUTURAS.....	25
I.8. NOTAS CONCLUSIVAS	26
II. RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, OS CIDADÃOS E OS IMPOSTOS	28
II.1. NOTA INTRODUTÓRIA	28
II.2. ORÇAMENTO.....	28
II.3. ATIVIDADE DO ESTADO	29
II.4. SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS.....	30
II.4.1. TAXAS.....	31
II.4.2. IMPOSTOS.....	32
II.5. RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O CONTRIBUINTE	35

II.6. NOTAS CONCLUSIVAS	37
CAPÍTULO II – METODOLOGIA E RESULTADOS RECOLHIDOS	38
I. METODOLOGIA	38
I.1. NOTA INTRODUTÓRIA	38
I.2. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA.....	38
I.3. PLANEAMENTO	39
I.4. INQUÉRITO	40
I.5. OBJETIVOS DO INQUÉRITO	41
I.6. PRÉ-TESTE	42
I.7. RECOLHA DE DADOS	42
I.8. NOTAS CONCLUSIVAS	43
II. RESULTADOS RECOLHIDOS	44
II.1. NOTA INTRODUTÓRIA	44
II.2. UNIVERSO	44
II.3. AMOSTRA	45
II.4. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS.....	46
II.4.1. INFORMAÇÃO PESSOAL.....	46
II.4.2. PERCEÇÃO DOS CONHECIMENTOS FISCAIS	50
II.4.3. PERCEÇÃO SOBRE OS IMPOSTOS	64
CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	XVIII
APÊNDICE.....	XXI

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico II-1 - Universo e amostra.....	46
Gráfico II-2 - Género	47
Gráfico II-3 - Faixa etária.....	47
Gráfico II-4 - Habilitações	48
Gráfico II-5 - Situação profissional pescadores	49
Gráfico II-6 - Acompanha notícias de carácter fiscal?	50
Gráfico II-7 – Importância de programas de educação fiscal nas escolas?	51
Gráfico II-8 - Como classifica sistema fiscal?	52
Gráfico II-9 - Cumpre as obrigações fiscais?	53
Gráfico II-10 - Finalidade da cobrança de impostos?	54
Gráfico II-11 - Cobrança de impostos em sociedade?	55
Gráfico II-12 - Gestão do Estado na cobrança?.....	56
Gráfico II-13 - Área que absorve mais impostos?.....	57
Gráfico II-14 - Quem preenche a decl. de IRS?	58
Gráfico II-15 - Contribuinte cumpridor?.....	59
Gráfico II-16 - Acedeu ao Portal das Finanças?	60
Gráfico II-17 - Solicita faturas com NIF?.....	61
Gráfico II-18 - Valida as faturas no e-Fatura?.....	62
Gráfico II-19 - Deslocou-se ao serviço de finanças locais?	63
Gráfico II-20 - O que entende por IVA?	64
Gráfico II-21 - O que entende por IRC?.....	65
Gráfico II-22 - O que entende por IRS?	66
Gráfico II-23 - O que entende por IMT?.....	67
Gráfico II-24 - O que entende por IMI?	68
Gráfico II-25 - O que entende por IUC?.....	69
Gráfico II-26 - O que entende por ISV?	70
Gráfico II-27 - O que entende por ISP?	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura I-1 - Relação - educação, literacia, e conh. fiscal	6
Figura I-2 - Fatura da sorte.....	16
Figura I-3 - E-Fatura.....	17
Figura I-4 - Faturas emitidas e comunicadas.....	17
Figura I-5 - Faturas com NIF emitidas a C.F.	18
Figura I-6 - Tax bem! O jogo da educação fiscal	19
Figura I-7 - A Joanelha e os Impostos - Uma história de educação fiscal para crianças.....	20
Figura I-8 - Nota Fiscal Paulista, Brasil.....	23
Figura I-1 - Planeamento de um inquérito	39

INTRODUÇÃO

Portugal atualmente encontra-se numa situação delicada, apesar de ter um “bom” sistema de ensino, há vertentes e temas que não estão devidamente consideradas no plano curricular escolar.

A sociedade onde vivemos está em constante mudança, acompanhada pela conjuntura económica e financeira, pelo que as sociedades modernas estão dependentes destas variáveis, que influenciam diretamente as opções do Estado.

Tendo em conta o atual momento em termos económicos, para suprimir as necessidades do Estado, é necessária uma determinada carga fiscal, que é por norma elevada.

Se a relação existente entre os cidadãos e a Administração é ténue, um aumento dos impostos dificultará mais esta relação, tendo em conta que, os cidadãos não acolhem de forma positiva medidas que visem a redução do seu rendimento, sem que haja contrapartida da melhoria das condições de vida. Desta forma, todas as medidas implementadas pela Administração que se transformem em obrigações tributárias são focos de conflito e de insatisfação, que levam a que os cidadãos procurem vias alternativas que visem a resistência ao pagamento dos impostos e por consequente a fraude e evasão fiscal.

O combate à fraude e evasão fiscal, através de medias de ação educativas são as melhores estratégias possíveis, pois um cidadão instruído e habilitado de conhecimentos fiscal, é um cidadão mais ativo e ciente da necessidade de existir um sistema fiscal, onde os impostos assumem uma figura essencial. A educação é um pilar fundamental das sociedades modernas, e a educação fiscal nesse sentido é um elemento que muito contribui para uma sociedade mais justa e eficiente.

É evidente que as sociedades modernas, devem fomentar uma maior interdependência entre os vários agentes e instituições, por forma criar novas medidas e ações educativas que permitam desenvolver a educação fiscal nos estabelecimentos de ensino. A introdução desta temática no sistema permitirá uma maior consciencialização do atual sistema fiscal português, sensibilizando o cidadão para a necessidade da cobrança de impostos e ainda mitigar a fraude e evasão fiscal.

Este estudo tem como objetivo principal a realização de uma análise sobre a literacia fiscal e a sua importância e perceção no concelho de Peniche. Apesar de já existirem alguns estudos sobre esta temática, torna-se evidente que este tema deve ser estudado de uma forma mais aprofundada, pois tem-se verificado que a educação fiscal assume um papel determinante nas sociedades e sistemas fiscais contemporâneos, incentivando o cumprimento das obrigações tributárias.

Este estudo apresenta-se dividido em duas frações devidamente identificadas e distintas. A primeira é uma parte mais teórica, onde é efetuada uma análise sobre a educação fiscal, os deveres de cidadania implícitos nos cidadãos, as ciências sociais como elementos de estudo, a abordagem ao conceito de evasão e fraude fiscal e ainda estudos comparativos entre vários países que possuem políticas de educação diferenciadas. Ainda nesta parte, é analisada a relação entre o cidadão e o Estado português, onde é observado a necessidade do orçamento, a atividade que o Estado desempenha e ainda os principais impostos do sistema fiscal português. Na segunda, considerada uma parte mais prática é abordada a metodologia e elementos considerandos pertinentes ao estudo aqui desenvolvido e a parte final onde são analisados e comparados os resultados obtidos através do inquérito.

Foram consideradas duas amostras que aparentemente reúnem características diferenciadas, e assim permitem uma análise rigorosa e de âmbito diferenciador. Por consequente, uma amostra são os estudantes do ensino superior da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar em Peniche, matriculados no ano de 2017, e os marítimos ativos em Peniche, vulgo pescadores. Estas duas amostras como referido anteriormente são aparentemente diferenciadas, possuem elementos diferenciadores, possibilitando assim verificar se a educação superior em termos gerais gera condições de perceção e conhecimento em termos fiscal. Nunca partindo do princípio que a amostra relativa aos pescadores é menos instruída ou tem menos conhecimentos fiscais, apenas ressalvando que devido às suas condições laborais, eventual classe etária alta, eventualmente restrição ao acesso a meios informáticos, eventuais limitações de esclarecimento por parte de um corpo docente, pode limitar o conhecimento fiscal. As amostras *sui generis* serão o elemento de valor a acrescentar ao estudo.

Por fim é realizada uma conclusão sobre a importância da educação fiscal na sociedade portuguesa.

A educação, nomeadamente a fiscal é um dos pilares das sociedades modernas, permitindo cidadãos mais instruídos e motivados.

CAPÍTULO I - REVISÃO DA LITERATURA E RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E O CONTRIBUINTE

I. REVISÃO DA LITERATURA

Após explorações sobre trabalhos académicos semelhantes, é visível que existem abordagens concorrentes e diversas, que permitem ter uma base comparativa dos estudos já realizados.

Algumas destas abordagens têm lacunas, incoerências e algumas falhas, permitindo assim que possa existir novas abordagens de novos autores, com novas ideias e fundamentos.

É imperativo estar devidamente informado, pelo menos ter um médio interesse sobre o que nos rodeia, desde as obrigações aos deveres.

I.1. NOTA INTRODUTÓRIA

No presente capítulo é realizada uma análise à educação fiscal, abordando o quanto é importante a educação fiscal no ambiente social, no presente e a longo prazo.

De seguida, é realizada uma abordagem como a educação fiscal é um instrumento válido e importante na cidadania, na medida da importância do pagamento de impostos e da necessidade da existência de um sistema fiscal.

Posteriormente, o papel que a educação pode assumir no comportamento dos cidadãos, no sentido de os níveis de fraude e evasão fiscal serem diminuídos ou mesmo abolidos.

Por último, uma comparação entre vários países, através das práticas de educação fiscal adotadas, da evolução das mesmas e ainda se estas traduzem alterações no comportamento dos contribuintes.

I.2. EDUCAÇÃO FISCAL

Todo o conhecimento obtido pela via da educação possibilita que as percepções existentes possam sofrer alterações, permite a correção de comportamentos, altera hábitos, altera atitudes e esclarece orientações.

De acordo com Azevedo,

“Aprender a utilizar a língua de uma forma sofisticada e abrangente (incluindo, naturalmente, o ser capaz de ler, de escrever e de interpretar, com eficácia, as representações gráficas e simbólicas do mundo contemporâneo), o manifestar a capacidade de mobilizar os conhecimentos adequados para o exercício da leitura e da escrita na vida quotidiana e o sentir vontade em o fazer de forma autónoma e voluntária constituem actualmente alguns dos maiores desafios com que se depara a instituição escolar e, num sentido lato, a sociedade.” (Azevedo, 2015)

A educação não poderá ser vista como um elemento único e isolado, esta é transversal a conteúdos diversificados, tais como culturais, sociais, ambientais e também profissionais. A sociedade que nos rodeia é caracterizada por estar em constante mudança, cabe-nos acompanhar tal alteração, e para que esta seja de uma forma equilibrada, é necessário que a educação esteja presente.

Ogle assinala:

“A importância do fomento de uma cultura de leitura que, congregando todos, potencie hábitos de interação com os textos ao longo da vida.” (Ogle, 2002)

Por sua vez, a educação fiscal deve de ser assumida como um processo contínuo no crescimento do ser humano, uma vez que permite que este possa desenvolver novas aptidões, morais, intelectuais que estimulem uma melhor integração individual e coletiva na sociedade atual.

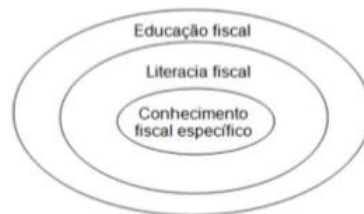
Na opinião de Palma e Pita,

“A educação fiscal vem dar resposta à necessidade emergente de transformar a relação entre Estado e cidadão, dado que a sua

inexistência pode distorcer a percepção do segundo sobre o sistema fiscal e pode influenciar no comportamento do contribuinte, nomeadamente na decisão de cumprir ou não cumprir as suas obrigações fiscais.” (Palma & Pita, 2015)

A educação fiscal é um elemento de ensino e de aprendizagem, onde o objetivo principal é fomentar a consciência fiscal do cidadão, invocando a justiça, a transparência, a honestidade e a eficiência. A educação quando transmitida de uma forma equilibrada e assertiva permite que o cidadão, perceba de uma forma objetiva o papel que o sistema fiscal tem na sociedade.

Figura I-1 - Relação - educação, literacia, e conh. fiscal



Fonte: Adaptado, Lopes (março, 2016)

Em suma, a educação fiscal é um instrumento capaz de promover crescimento económico, mitigar desigualdades sociais, moderar comportamentos evasivos, transformando-se num cidadão cumpridor dos seus deveres fiscais.

I.3. CIDADANIA

Diz o povo na sua sabedoria, que as duas coisas mais certas na vida são a morte e os impostos.

A cidadania é tão antiga como as comunidades sedentárias, definindo os indivíduos que pertencem ou não a uma sociedade comum.

Refere Miranda que,

“A cidadania pode ser definida como a qualidade dos indivíduos que enquanto membros de um Estado, são titulares ou destinatários de um determinado número de direitos e deveres universais; cidadania é a qualidade de cidadão, o vínculo jurídico

que o liga ao Estado, isto é, a participação no Estado Democrático.” (Miranda, 2004, p. 97 e Ss)

Assim, conforme menciona a Direção Geral da Educação,

“A educação para a cidadania visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autónomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.” (Educação, Fórum Educação e Cidadania, 2008)

Sabendo que, a atuação do Estado na vida das pessoas é uma realidade, já que pagamos tributos quando consumimos, auferimos rendimento ou possuímos património, e o Estado tem que aplicar esses recursos para prover as políticas públicas e os serviços públicos que interessam à sociedade, como saúde, educação, segurança, entre outros. Assim, entender como se dá esse processo e como participamos nele é extremamente relevante do ponto de vista de construção da cidadania.

Para Ribeiro e Paludetto,

“O imposto não deve ser entendido, apenas, como uma mera obrigação do cidadão contribuinte, mas também como um dever de cidadania. Porque, refira-se novamente que a receita do Estado provém da cobrança de tributos, pelo que estes são fundamentais, para o desenvolvimento económico, social e cultural do país.” (Ribeiro & Paludetto, 2013, pp. 203-209)

A atitude dos portugueses relativamente às suas obrigações fiscais tem vindo a mudar nos anos mais recentes, mas perdura ainda uma lógica de uma certa resignação no cumprimento de um ato que devia ser encarado de modo mais natural.

É função do Estado criar mecanismo e estratégias que permitam incentivar a cidadania e a educação. Exemplo disso é a criação de Planos Estratégicos.

Com a criação do Plano Estratégico 2015-2017, aprovado pela Autoridade Tributária e Aduaneira a 2015-01-22, entre muitas iniciativas, há uma que se destaca no que concerne à cidadania e educação.

Refere assim o Plano:

“O cidadão, ao adotar comportamentos de cumprimento voluntário, contribui para a prossecução de um sistema fiscal mais justo, eficiente, equitativo e equilibrado”. (Finanças, 2015)

Deste modo, no sentido de impulsionar a consciência por parte dos cidadãos quanto à importância do seu papel no combate à evasão fiscal a AT,

“Pretende promover iniciativas que visem o aumento da “Consciência cívica” e “Estratégias segmentadas de promoção do cumprimento voluntário, dirigidas a segmentos ou categorias de contribuintes. Incluem-se, neste domínio, as iniciativas de promoção da cidadania fiscal junto dos estabelecimentos de ensino no âmbito de protocolos a celebrar com o Ministério da Educação e com as Universidades.” (Finanças, 2015)

É assim perceptível, que para além das medidas de aplicação imediata como o e-Fatura¹, existe também um Plano Nacional implementado pelo Estado português que incentiva a aplicação de medidas educativas.

I.4. CIÊNCIAS SOCIAIS

I.4.1. PSICOLOGIA SOCIAL E FISCAL

A psicologia social é um estudo científico dos efeitos dos processos sociais, na forma como determinados indivíduos interagem, percebem, influenciam e se relacionam uns com os outros. Desta forma, é inevitável associar que a psicologia social está diretamente relacionada com o comportamento fiscal dos cidadãos.

Na visão de Allport,

“A psicologia social é entendida como uma ciência que procura compreender e explicar como os sentimentos, pensamentos e comportamentos dos indivíduos são influenciados pela presença dos outros. Entendemos, assim, que a preocupação principal

¹ Explicado no Capítulo I.6.1.1.1

desta ciência é a interação entre as pessoas e a forma como as atitudes de uns influenciam os outros.” (Allport, 1920)

Quanto à psicologia fiscal, está relacionada com o comportamento fiscal dos cidadãos na medida que,

“Existem diversos fatores psicológicos que determinam esta relação. Um deles é a coação, ou seja, muitas vezes um cidadão não está disposto a pagar os seus impostos de forma espontânea, mas sim porque a tal é obrigado (coagido), isto porque este pagamento irá reduzir os seus rendimentos. Verifica-se, pois, que existem níveis diferentes de aceitação, de indivíduo para indivíduo. Para uns, a tributação dos seus rendimentos e o pagamento dos respetivos impostos é entendida como uma obrigação, enquanto para outros poderá haver uma melhor aceitação, por considerarem que estão a cumprir um dever de cidadãos.” (Lobo, 2001)

I.4.2. SOCIOLOGIA SOCIAL E FISCAL

A sociologia fiscal permite explicar e analisar os processos sociais decorrentes de determinada realidade, nomeadamente fiscal, tendo em conta determinado contexto histórico ou político.

Torres define que,

“A sociologia estuda aqueles factos que são característicos da vida em grupo e não da vida do indivíduo.” (Torre, 1974, p. 18)

O objeto da Sociologia são as interações sociais, isto é, estuda os fenómenos que expressam as condições sociais dos seres vivos: o comportamento em grupo, os processos sociais, as estruturas sociais, a vida social.

Soares, em 2004 refere que,

“A sociologia fiscal, a política fiscal utiliza diversos instrumentos para alcançar os objetivos do Estado, quer sociais quer económicos. Estes instrumentos passam pelo recurso aos impostos. A fiscalidade sob o ponto de vista sociológico insere-se na cidadania fiscal, sendo que, em cada período político ou

histórico, as técnicas económicas e jurídicas são postas ao serviço das principais ideias sociopolíticas. Estas ideias abrangem não só as metas coletivas da sociedade e do papel do Estado nessa sociedade, como também a Inter-relação entre o Estado e os cidadãos, com os seus direitos e deveres.” (Soares D. D., 2004)

I.4.3. MORALIDADE E CULTURA FISCAL

A moralidade fiscal está relacionada com as motivações de cada indivíduo para cumprir ou não as suas obrigações.

O cumprir ou não cumprir as obrigações, em termos de moralidade, diverge de sociedade para sociedade, de país para país, não sendo claramente objetiva.

Lopes evidencia a importância da percepção moral onde refere que,

“O cumprimento e a obediência à lei fiscal estão relacionados com a percepção moral de cada indivíduo para cumprir, a qual depende bastante de crenças e atitudes individuais.” (Lopes, 2008)

Se por norma os países mais a Norte da Europa são considerados mais cumpridores e com maior percepção fiscal, estes consideram imoral o não cumprimento das obrigações. Por outro lado, os mais a Sul, têm uma perspetiva menos rígida e “aceitam” com maior naturalidade o não cumprimento das obrigações tributárias.

I.5. EVASÃO E FRAUDE FISCAL

Sabendo que os impostos são elementos que diminuem o rendimento que as famílias e as empresas dispõem, e por esta razão é perceptível que os contribuintes procurem alternativas de evitar, anular ou reduzir os tributos. No entanto, isso constitui práticas ilegais que são punidas por lei.

Atendendo que a evasão e a fraude fiscal provocam uma diminuição de receitas nos cofres do Estado, resulta num prejuízo para a economia nacional e consequentemente para os contribuintes cumpridores, é função do Estado criar mecanismos de controlo e de minoração a esta prática.

Deverá ser vetor prioritário da política fiscal o reforço significativo do combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras, como forma de garantir uma justa repartição do esforço fiscal e sancionar de uma forma mais efetiva as situações de incumprimento fiscal.

A quebra de receita originada por estes comportamentos priva o Estado dos recursos essenciais ao exercício das suas funções, condicionando o nível de qualidade dos serviços públicos e das prestações sociais realizadas pelo Estado.

A AT deve adotar estratégias que visem facilitar e incentivar o cumprimento das obrigações fiscais e o aumento sustentado dos níveis de cumprimento voluntário. De igual modo, deve dissuadir, detetar e penalizar o incumprimento, aumentando a perceção do risco e dos custos associados ao não cumprimento. A promoção do cumprimento voluntário das obrigações tributárias passa pela adoção de medidas que facilitem esse cumprimento, complementadas com medidas de fiscalização e controlo, nomeadamente ao nível da atuação da Inspeção Tributária (IT).

A Inspeção Tributária desempenha um papel fundamental no combate à fraude e evasão fiscais e aduaneiras, garantindo uma equitativa aplicação das leis tributárias e promovendo o cumprimento voluntário das obrigações tributárias melhorando a qualidade, eliminando erros e atrasos no reconhecimento de direitos e nas respostas aos contribuintes, reforçando-se um posicionamento de maior proximidade com os contribuintes, através de construção de relações de confiança baseadas em critérios de transparência, simplicidade e celeridade.

No ponto de vista da educação fiscal, o estudo publicado em 2009, pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais do Ministério das Finanças e da Administração Pública, refere-se que,

“A política de prevenção deverá também prever a continuidade e aprofundamento das ações de educação fiscal, em particular, mediante a sua inserção nos programas escolares”. (Pública, 2010)

Significa isto, que é reconhecido que a educação fiscal é um elemento preponderante no que concerne à formação de um indivíduo, no combate à evasão e fraude nos impostos.

Também o Governo de Portugal refere no Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras de 2015-2017,

“Entre outros projetos para promover o cumprimento fiscal voluntário, mostra o interesse de fazer uma parceria com o Ministério da Educação, de modo a criar projetos que promovam a educação e cidadania fiscal, bem como a introdução e componentes de educação para a cidadania fiscal nos currículos académicos. Contudo, neste relatório não foram especificados os ciclos de estudo em que estas componentes serão introduzidas.”
(Portugal, 2015)

O atual Plano Estratégico de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras, na rubrica de “Objetivos” refere, “promover a cidadania no combate à evasão fiscal e à economia paralela”.

O Plano no âmbito institucional, refere ainda “concretizar, em parceria com o Ministério da Educação, o referencial para a educação tributária e para a cidadania fiscal, bem como a integração nos currículos académicos de componentes de educação para a cidadania fiscal.”

No âmbito do relacionamento com o contribuinte o mesmo Plano refere: “promover o exercício da cidadania fiscal, bem como a divulgação da sua importância, através da conceção e implementação de projetos de educação para a cidadania fiscal em colaboração com os órgãos competentes do Estado”.

Contudo, a educação fiscal abrange o conhecimento que os cidadãos têm sobre o Orçamento do Estado, bem como se processa a aplicação dos recursos obtidos através da cobrança dos impostos. Desta forma cabe ao Governo promover a transparência das finanças públicas portuguesas.

Segundo Marques, desde o ano 2014,

“Foram tomadas algumas iniciativas nesse âmbito, nomeadamente a criação do Orçamento Cidadão², a criação das “Contas Públicas para o Cidadão”, a criação do Portal da Transparência Municipal e a criação do Orçamento Participativo de algumas Câmaras Municipais.” (Marques, 2015)

² Explicado no Capítulo II.2

Segundo a mesma autora, em 2014, o Orçamento Cidadão³ foi publicado, na página web⁴ da Direção Geral do Orçamento. Esta medida consiste numa versão simplificada do Orçamento do Estado⁵, permitindo assim familiarizar o cidadão com este documento previsional das contas públicas.

Esta plataforma permite ainda a consulta de outras informações sobre a execução do Orçamento, indicadores, fontes de financiamento, evolução das receitas e das despesas do Estado, acedendo à rubrica “Contas Públicas para o Cidadão”.

Já o Portal da Transparência⁶ fornece outro tipo de informação, nomeadamente sobre a gestão financeira e administrativa dos 308 municípios, pesquisando por município, permite ao simples cidadão ficar com uma perceção local da evolução das contas, dos indicadores e da gestão financeira.

Esta iniciativa permite um cidadão mais informado e participativo e Marques visa,

“Outra forma encontrada para incentivar o cidadão a participar efetivamente nas decisões sobre a aplicação dos recursos arrecadados através dos impostos, isto é, a exercer o seu papel como cidadão-contribuinte, é o Orçamento Participativo de algum dos Municípios.” (Marques, 2015)

A proximidade entre o cidadão e o sistema fiscal permite que este esteja mais informado, capaz de cumprir as suas obrigações tributárias e mais participativo na gestão do país.

I.6. ESTUDOS COMPARATIVOS

É normal e aceitável que nem todos os países adotem políticas de educação fiscal, existindo vários fatores que condicionam a aplicação da educação fiscal e também a cobrança de impostos.

³ Criado pelo Institut of Public Policy Thomas Jefferson – Correia da Serra em parceria com o Ministério das Finanças

⁴ <https://www.dgo.pt/Paginas/default.aspx>

⁵ Este relatório contém esquemas, quadros e tabelas com uma linguagem mais acessível ao dito cidadão comum sobre os pontos essenciais do Orçamento do Estado.

⁶ <https://www.portalmunicipal.gov.pt/home?locale=pt>

Por isto, são analisados de seguida 5 países, que estão geograficamente distantes, que têm níveis de cultura diferenciados, e que possuem crescimentos económicos distintos.

I.6.1. EUROPA

A nível europeu, Portugal, Espanha e Dinamarca são objeto de análise, onde é possível de forma breve, comparar o percurso que traçaram ao longo dos anos em matéria de educação fiscal. Na opinião de Lobo e Paramio,

“Os países nórdicos foram os pioneiros na Europa a criar programas de educação fiscal, mais concretamente a Dinamarca e a Suécia. No entanto, a Noruega apenas começou a desenvolver este tipo de programas recentemente. Nestes países, os programas foram compostos essencialmente por material audiovisual.” (Paramio & Lobo, 2005)

I.6.1.1. PORTUGAL

A educação, os Planos⁷ implementados, as medidas pontuais, são modelos adotados pela tutela, de forma a garantir que, os portugueses estejam informados relativamente às políticas fiscais.

Em Portugal, Soares concluiu que,

“Apesar da informação fiscal ser transmitida de uma forma pouco fiável, devido à possível distorção e complexidade, a opinião da maioria dos cidadãos portugueses não é influenciada por esta, mas sim pelos seus interesses, atitudes e valores.” (Soares D. D., 2002)

I.6.1.1.1. FATURA DA SORTE E E-FATURA

É público e já foi mencionado anteriormente que as políticas educacionais têm de ser implementadas com tempo, para surtirem efeito, mas o Estado nesta ocasião, optou pela via mais rápida. O sistema e-Fatura e o Sorteio da Sorte foi o instrumento adotado pelo Executivo português.

A “Fatura da Sorte” é um projeto de cidadania fiscal. O combate à economia paralela não é exclusivo do Estado, da Autoridade Tributária e Aduaneira, mas também de

⁷ Plano Estratégico 2015-2017

todos os cidadãos. O sorteio "Fatura da Sorte" é uma componente do sistema e-Fatura e integra um conjunto de medidas criadas para o combate à fraude e evasão fiscais.

Com a entrada em vigor, em janeiro de 2013 do sistema e-Fatura, que tornou obrigatória a comunicação eletrónica dos elementos das faturas à Autoridade Tributária e Aduaneira, pelos agentes económicos, foi criado um incentivo aos consumidores fiscais sob a forma de uma dedução de 15% do IVA suportado nas faturas com o seu Número de Identificação Fiscal.

No seguimento do caminho traçado da atribuição de incentivos aos consumidores finais na sua participação no combate à fraude e evasão fiscais, promovendo o dever de cidadania, foi criado em 2014 o sorteio "Fatura da Sorte".

A "Fatura da Sorte" apela ao envolvimento dos cidadãos no combate à economia paralela, representando o seu papel um dos fatores de sucesso neste desafio. A este sorteio ficam imediatamente e automaticamente habilitados a participar todos os consumidores finais, relativamente a todas as faturas, de qualquer atividade económica, que contenham o seu Número de Identificação Fiscal.

O prémio a atribuir no âmbito do Sorteio "Fatura da Sorte" é constituído por títulos de dívida destinados à poupança, emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E⁸.

São atribuídos atualmente, já líquidos de Imposto do Selo, Certificados do Tesouro Poupança Crescimento, no valor de € 35.000 nos sorteios regulares e de € 50.000 nos sorteios extraordinários.

Estes prémios para além de se traduzirem numa simplificação de procedimentos, têm ainda, a virtualidade de estimular o aforro das famílias e promover os produtos de poupança do Estado.

No âmbito do "e-Fatura", a AT no sentido de estimular o cumprimento da obrigação de emissão de faturas em todas as operações económicas, e sem prejuízo do sancionamento da violação deste dever, foi instituído um conjunto de deduções à coleta em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS).

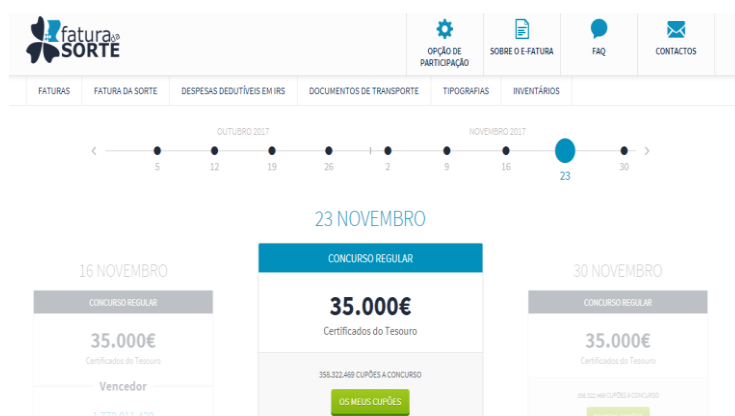
⁸ O IGCP, E.P.E. é uma pessoa coletiva de direito público com natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa e financeira, e património próprio, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pela área das finanças.

Considera o Estado português que, a partir do dia 1 de janeiro de 2015, com a reforma da tributação sobre o rendimento das pessoas singulares, operada pela Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro, os contribuintes que solicitem a emissão de fatura com a inclusão do seu número de identificação fiscal (NIF) em todas as despesas que realizem, podem beneficiar das seguintes deduções à coleta, conforme estipulado nos art.º 78º B e seguintes, do Código do IRS:

- Despesas gerais familiares;
- Dedução pela exigência de fatura;
- Despesas de saúde;
- Despesas de formação e educação;
- Encargos com habitação;
- Encargos com lares.

Ou seja, com algumas salvaguardas e limitações devidamente legisladas, o sujeito singular, no âmbito das suas operações, que solicite fatura ou documento equivalente, pode ter benefícios fiscais, quando submeter a sua declaração de rendimentos.

Figura I-2 - Fatura da sorte

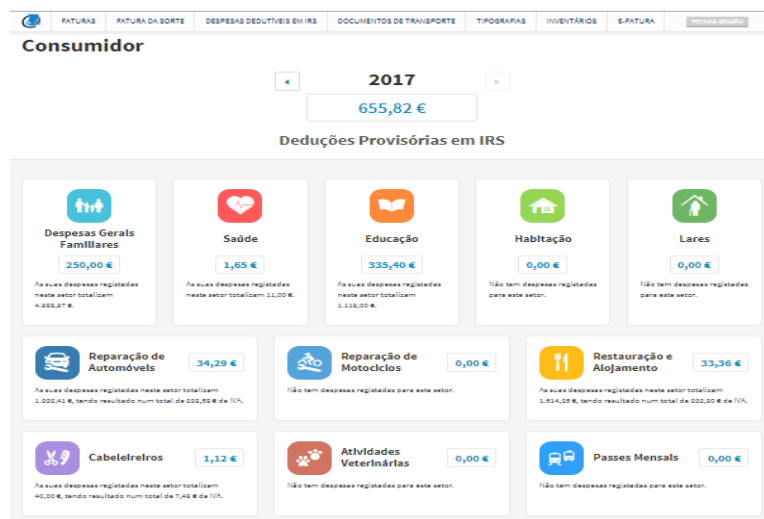


Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/FatSorte>

A figura seguinte representada é disponibilizada no portal e-fatura⁹, cujo domínio pertence ao Estado português, e será nesta página web que o consumidor deve fazer a sua gestão de faturas, devendo consultar várias vezes por ano, de forma a mantê-la atualizada.

⁹ <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Figura I-3 - E-Fatura

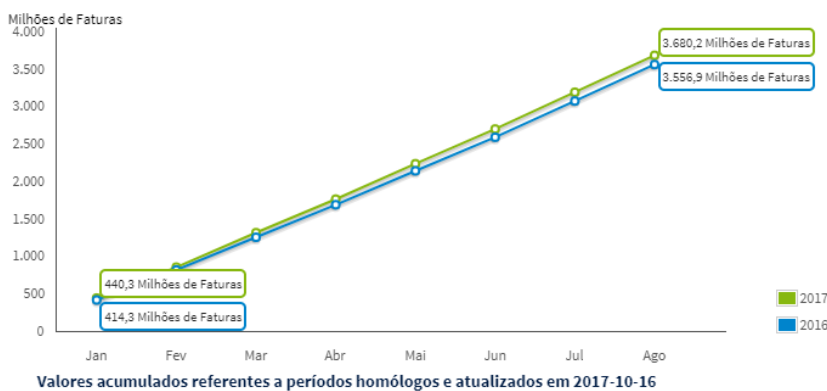


Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Estes é o mecanismo que a AT, através da dedução à coleta permite que os contribuintes obtenham benefício. É de todo uma medida de incentivo por contrapartida, mas que segundo estatísticas, tem demonstrado aceitação e evolução positiva no número de utilizadores.

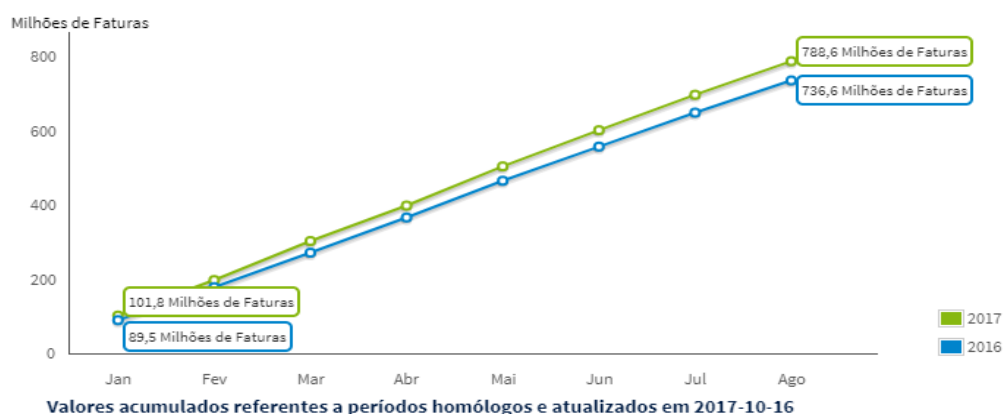
As faturas emitidas e comunicadas tiveram uma variação positiva de 3,6%, enquanto as faturas emitidas com NIF a consumidores finais tiveram uma evolução também positiva na ordem dos 7,1%. Comparando os valores disponíveis no portal da AT, entre o período janeiro e agosto de 2017 e o período homólogo.

Figura I-4 - Faturas emitidas e comunicadas



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Figura I-5 - Faturas com NIF emitidas a C.F.



Fonte: <https://faturas.portaldasfinancas.gov.pt/home.action>

Em função dos resultados acima exibidos, é visível que os portugueses de uma forma geral, solicitam cada vez mais faturas com o referido NIF, contribuindo para uma diminuição da fuga e evasão fiscal, obtendo benefícios em sede de IRS.

I.6.1.1.2. OUTRAS INICIATIVAS

De acordo com o Relatório do Fórum da Educação para a Cidadania¹⁰, a outrora DGCI afirma,

“Com o intuito de fomentar a consciência cívico-fiscal nos cidadãos sobre a importância do cumprimento das obrigações fiscais, desenvolveu alguns projetos destinado aos cidadãos portugueses.” (Educação, Fórum Educação e Cidadania, 2008)

Segundo esse Relatório, em 2007, concretizaram-se várias iniciativas nomeadamente a criação de um livro denominado “Impostos: noções essenciais”¹¹, dirigido ao ensino secundário, pré-universitário e universitário; um jogo didático chamado “Tax bem!”¹²– O jogo da educação fiscal”, da autoria de Lupa Design e do grupo de trabalho de educação fiscal direcionado a crianças menores de 12 anos; criação do conto infantil intitulado “Era uma vez no planeta do respeito por todos”¹³; a edição de um livro de banda desenhada chamado “Os pesadelos fiscais de Porfírio Zap”¹⁴, destinado ao ensino secundário.

¹⁰ Este fórum resultou de um convite feito pela ministra da educação, de então, Maria de Lurdes Rodrigues, e do secretário de estado da presidência do conselho de ministros, Jorge Lacão

¹¹ Autoria de José Hermínio Paulo Rato Rainha

¹² Autor: Coord. João Paulo Paiva Baléo; Publicação: Direção Geral dos Impostos, 2007

¹³ Autoria de Luís Ferrão e Bruno Bengala;

¹⁴ Autoria de José Carlos Fernandes

Figura I-6 - Tax bem! O jogo da educação fiscal



Fonte: <http://catalogorbb.aefp.pt/Opac>

O Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, o Centro de investigação de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa (IDEFF), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais de Cabo Verde, juntamente com o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra e a Faculdade de Economia de Coimbra, com os patrocínios da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e do Governo de Angola,

“Têm intenções de lançar um projeto de investigação sobre a lusofonia e educação fiscal, de forma a trocar informações sobre experiências relativas a esta temática, assim como apresentar um projeto de cidadania e educação fiscal em Portugal. No futuro pretendem celebrar protocolos com o Ministério das Finanças e da Educação.” (Palma & Pita, 2015)

Em 2015¹⁵, no âmbito da Conferência Internacional para a Cidadania e Educação Fiscal, foi apresentado o Programa “Cidadania e Educação Fiscal”, no qual foram exibidos três livros, da autoria de Clotilde Celorico Palma, Ana Maria Rodrigues e Cidália Mota Lopes.

¹⁵ Para além da conferência antes referida, foram realizadas mais duas para o efeito. A segunda realizou-se no dia 1 de março de 2016, em Coimbra, e a terceira no dia 28 de abril de 2016 no Porto (OCC, 2016)

O primeiro livro, “Joaninha e os impostos”¹⁶ é direcionado para o 1º ciclo escolar; o segundo livro intitulado “A Joaninha e os impostos - Uma história de educação fiscal na universidade”¹⁷; e o último intitulado “A Joaninha e os impostos - Uma história de educação fiscal para adolescentes”¹⁸, direcionado para o ensino secundário.

Figura I-7 - A Joaninha e os Impostos - Uma história de educação fiscal para crianças



Fonte: http://www.almedina.net/catalog/product_info.php?products_id=36274

I.6.1.2. ESPANHA

A Espanha, desde há várias décadas tem vindo a implementar programas que visam uma maior integração dos cidadãos com a Administração, e por consequente uma maior perceção do funcionamento do sistema fiscal espanhol.

De acordo com Palma e Pita,

“Espanha, desde a década de 80, tem desenvolvido programas de educação fiscal, alguns destes levados a cabo pelo Ministério das Finanças. Estes foram direcionados para crianças e adolescentes, não se encontrando, todavia, inseridos no sistema de educação formal.” (Palma & Pita, 2015)

Ainda segundo Palma e Pita, foram criados desde a década de 80 vários Programas tais como,

“Na década de 80, o Ministério das Finanças editou o livro “La Hacienda de Todos”, o qual tinha o objetivo de expor os valores e princípios presentes na Constituição Espanhola; Em 1985, foi publicado outro livro, pelo Ministério da Economia e Finanças, sendo o objetivo principal explicar a finalidade dos impostos; Foram também preparadas visitas de estudo para alunos com idades próximas dos 13 anos, oriundos de escolas públicas e

¹⁶ Autoria de Clotilde Palma, lançado na primeira Conferência

¹⁷ Autoria de Cidália Mota Lopes, lançado na segunda Conferência

¹⁸ Autoria de Ana Maria Rodrigues, lançado na data da terceira Conferência

privadas, às instalações da Administração Tributária com o objetivo de permitir uma proximidade e esclarecimento de como se processa as tarefas administrativas e fiscais; No ano de 2012, foi criado um grupo de trabalho de educação fiscal, que tinha como principais tarefas recolher e analisar informação sobre o trabalho realizado em outros países em matéria de educação fiscal; desenvolver materiais didáticos através do *e-learning*, desenvolver conteúdos de conferências direcionados para diferentes faixas etárias; Em 2005, a educação fiscal foi apontada, pelo Ministério das Finanças ao Conselho de Ministros, como uma das soluções para o combate à Fraude e Evasão Fiscal, passando a integrar o Plano de Luta contra a Fraude Fiscal”. (Palma & Pita, 2015)

A Espanha, país vizinho adotou uma política de educação fiscal que perdura há vários anos, consegue desenvolver e adaptar-se às novas tecnologias, como o caso particular do ensino *e-learnig* através do portal da AT. Desta forma, consegue abraçar um leque cidadãos, nomeadamente jovens através das novas tecnologias.

1.6.1.3. DINAMARCA, SUÉCIA, NORUEGA e FILÂNDIA

Segundo Lobo, et al. e Delgado, os países nórdicos foram os pioneiros na Europa a criar programas de educação fiscal, mais concretamente a Dinamarca e a Suécia e refere que,

“A Noruega apenas começou a desenvolver este tipo de programas recentemente. Nestes países, os programas foram compostos essencialmente por material audiovisual. (...) estes programas são desenvolvidos para jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos, sendo a Administração Tributária a grande responsável pela criação e execução dos mesmos.” (Lobo, et al., 2005)

“Todavia, na Suécia estas iniciativas têm sido independentes desse organismo, tendo como objetivo principal atingir jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 20 ano.” (Lobo, et al., 2005)

“No caso da Dinamarca, a Administração Educativa também teve um papel importante contando sempre com o suporte dos funcionários da Administração Tributária. O público-alvo tem sido jovens com idades entre os 14 e os 16.” (Lobo, et al., 2005)

“A atividade educativa na Finlândia, orquestrada pela Administração Tributária e com a parceria da Academia da Juventude, consiste em campanhas informativas, mais concretamente na criação de oficinas, palestras e cursos, ministradas a alunos do ensino secundário das escolas que expressem interesse.” (Delgado, 2013)

Os países nórdicos acima referidos são considerados pioneiros na criação de modelos de educação fiscal nas suas unidades de ensino, pelo que no presente estes são considerados dos países que mais “educados” fiscalmente.

I.6.2. BRASIL

O Brasil é um dos países que tem apostado na criação de novas estratégias de educação fiscal, particularmente desde os anos 70, através da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Uma das primeiras a serem implementadas teve como título “Programa Contribuinte do Futuro”, onde a sua principal área de atuação incidia na distribuição de livros e *flyers* a professores e aluno, junto dos estabelecimentos de ensino, de forma a educar e consciencializar sobre a temática dos impostos, sobre a sua real função. Este modo de atuação não teve o desfecho pretendido pelo Estado Brasileiro, não obteve a condição de atividade permanente por falta de compreensão da sua especialidade.

Anos passados, e já nas décadas de 80 e 90, alguns Estados do Brasil implementaram trabalhos de Educação Tributária nos estabelecimentos de ensino, também posteriormente descontinuados, por não alcançar as metas propostas.

Em setembro de 1996, celebrou-se o Convénio de Cooperação Técnica entre a União, os Estados e o Distrito Federal, acordando-se,

“Entre outras atividades cooperativas, a elaboração e a implementação de um programa nacional permanente de conscientização tributária para ser desenvolvido nas unidades da Federação.” (Grzybovski & Hahn, 2005)

Alguns anos passados, com algumas implementações não continuadas,

“Foi desenvolvido um estudo empírico junto das empresas do Município de Passo Fundo¹⁹, utilizando para o efeito os conceitos inerentes à Educação Fiscal e à Administração Pública, na tentativa de discutir meios para atenuar a relação conflituosa do contribuinte com o Estado.

No que respeita ao PNEF²⁰, referem que desperta no cidadão o entendimento sobre a importância do pagamento voluntário dos impostos, e por outro lado, da relevância da sua participação no que está relacionado com a sociedade em que se insere.”
(Grzybovski & Hahn, 2005)

Em 2007, foi criado um Projeto de estímulo à cidadania fiscal no Estado de São Paulo, titulado por Nota Fiscal Paulista, que consiste em incentivar os consumidores a solicitarem um documento fiscal no momento da compra, e posteriormente ficarem habilitados a um sorteio.

Figura I-8 - Nota Fiscal Paulista, Brasil



Fonte: <http://www.nfp.fazenda.sp.gov.br/default.asp>

Vendo o caso do Brasil, até pela sua demografia, nem sempre os Planos previstos e implementados tiveram o efeito desejado. Não deixa de ser interessante que nunca desistiram desta temática e que certamente ao longo dos tempos trará frutos. Tendo em conta que os cidadãos devem ser estimulados pela via da educação escolar, mas os meios de comunicação têm condições para divulgar esta temática.

Mas, segundo Grzybovski & Hahn referem que,

¹⁹ Passo Fundo é um município brasileiro da região sul, localizado no interior do estado do Rio Grande do Sul

²⁰ Plano Nacional de Educação Fiscal

“Os meios de comunicação social transmitem o mínimo de informação sobre os impostos e de como estes afetam o quotidiano de empresas e cidadãos, principalmente no que diz respeito aos gastos públicos.” (Grzybovski & Hahn, 2005)

Todas as ferramentas ao dispor, devem ser colocadas ao serviço das populações, para que estas sejam cada vez mais instruídas e habilitadas de informação.

I.6.3. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os EUA são dos países que têm políticas de educação fiscal mais antigas, e no ano de 1954 foi desenvolvido o “*Understanding Taxes*” pela *Internal Revenue Service* (IRS), onde o público-alvo seria o ensino secundário, com idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade.

No início, o Conselho Nacional de Educação Económica²¹ foi o responsável pelo desenvolvimento do material didático de suporte, para o desenvolvimento de temáticas sobre educação fiscal, em unidades curriculares como História, Economia, Matemática, Educação Cívica e Educação Empresarial.

Ainda assim, o aluno pode ainda ter duas opções de escolha compreendidas entre: “Teacher site” ou “Student site”²². Nestas duas possibilidades, o programa está dividido em duas seções:

- “The Hows of Taxes”. Esta seção é composta por 14 módulos, que tratam de forma prática matérias sobre os diferentes tipos de impostos, os seus respetivos modelos de declaração e outras questões relacionadas com o cumprimento fiscal dos mesmos;
- “The Whys of Taxes”. Esta seção composta por 6 módulos, aborda temas relacionados com a teoria, história e função social dos impostos.

Desde há muito que os EUA continuam com as suas políticas de incentivo à educação fiscal, variando métodos de implementação.

Assim, o material de suporte desenvolvido pelo NCEE continua no seu âmbito de aplicação a tornar o cidadão mais esclarecido e informado relativamente ao sistema fiscal deste país, considerado dos países mais desenvolvidos do mundo.

²¹ National Council of Economic Education

²² O programa está disponível na seguinte página web: <https://apps.irs.gov/app/understandingTaxes/>.

Em suma, a educação, em particular a fiscal, assumiu, assume e assumirá cada vez mais um papel de destaque na formação de um indivíduo.

I.7. INICIATIVAS FUTURAS

As iniciativas futuras a implementar deverão assentar essencialmente na base que o sistema educacional deverá ter uma vertente fiscal, que possibilite uma maior envolvimento por parte dos cidadãos, nomeadamente os mais jovens.

O programa a criar deverá ser capaz de sensibilizar o cidadão para a função do imposto, transmitir aos cidadãos o conhecimento sobre o funcionamento da administração, incentivar o acompanhamento da sociedade na aplicação dos recursos públicos, criar condições para a criação de uma relação harmoniosa entre o Estado, as empresas e o cidadão.

De forma a alcançar o maior número indivíduos de toda a sociedade, mas principalmente os mais jovens, pode ser dividido por módulos tendo em conta a faixa etária:

- Módulo I - destinado às crianças do ensino básico, do 1º ao 4º ano, permitindo o conhecimento dos conceitos ligados à educação fiscal:
 - Jogos interativos de tabuleiro;
 - Jogos digitais, criando um *website* destinado a jogos infantis e didáticos;
 - Jogos de tablet, nomeadamente aplicação para Android e IOS com linguagem apropriada;
 - Livros para ilustrar sobre a temática;
 - Livros de leitura relacionados com o tema fiscal.
- Módulo II – destinado aos adolescentes do ensino básico, com aprofundamento dos temas fiscais:
 - Jogos digitais, através um *website* destinado a jogos;
 - Jogos de tablet; nomeadamente aplicação para Android e IOS com linguagem adequada.
- Módulo III – destinado para os alunos do secundário e universidade, abordando temas mais complexos:
 - Livros sobre a temática disponibilizada em formato *e-book*;

- Aplicação para tablet e web.
- Módulo IV - para a sociedade em geral, possibilitando que todos possam aprender e ter uma melhor interpretação do sistema fiscal português:
 - Livros sobre a temática disponibilizada em formato *e-book*; ou em papel a valores reduzidos;
 - Aplicação para tablet e web.

Estas são apenas algumas sugestões, se não existir uma reforma no ensino português a nível fiscal, de forma a minimizar a pouca perceção dos cidadãos portugueses. São apenas medidas avulso, mas certamente promoverá uma alteração no comportamento do cidadão, tornando-o mais sensível à temática.

I.8. NOTAS CONCLUSIVAS

A educação fiscal assume um papel claramente decisivo na consciencialização do contribuinte relativamente ao dever de cidadania de contribuir com o pagamento de impostos.

A educação fiscal assume mais uma vez um papel preponderante, pois esclarece e educa o contribuinte e ajuda-o a compreender a função social do imposto e a necessidade de cumprir com as obrigações fiscais.

O sistema fiscal e o sistema educativo devem complementar-se, permitindo uma maior aculturação e informação de todos, especialmente dos jovens, na necessidade e importância dos impostos no sistema fiscal português.

O sistema educativo fiscal, cria bases educacionais, que no futuro, trará mais consciência e participação no sistema fiscal português, tornando-o mais eficiente e correto.

As ciências sociais desempenham uma tarefa importante na medida que avaliam o comportamento dos cidadãos enquanto membros de uma sociedade unificada. Os estudos obtidos através das ciências como a psicologia e a sociologia são elementos importantes na conceção do comportamento humano, permitindo que seja possível prevenir e altear determinados comportamentos desviantes.

Para satisfazer as necessidades essenciais, o Estado necessita de verbas, e estas são obtidas essencialmente através da cobrança de impostos. Assim, se existir

evasão ou fraude na cobrança, o Estado fica limitado na sua atuação. Desta forma, este deve criar formas de combate à fraude e evasão fiscal, de forma a que não haja desvios.

A cobrança de impostos é transversal a todos os países do mundo, pelo que são elementos essenciais na obtenção de receitas. Existem países que têm políticas diferentes, uma vez que, os cidadãos não são todos idênticos, devendo cada caso ser um caso único e os modelos não devem ser copiados, mas adaptados e personalizados. Em concreto, no Continente Europeu, existe uma grande diferença na perceção dos sistemas fiscais, em que o Norte tem políticas mais ativas e mais eficazes. Os países do Sul, têm implementadas políticas menos eficazes, e o próprio cidadão é do ponto de vista fiscal menos informado.

As iniciativas futuras onde o foco é a consciencialização e a educação dos membros de uma sociedade, são sempre bem acolhidas e a longo prazo promovem desenvolvimento social e económico.

II. RELAÇÃO ENTRE O ESTADO, OS CIDADÃOS E OS IMPOSTOS

II.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Os impostos no sistema fiscal português, como em todos os países têm um peso significativo na sociedade. É relevante analisar a relação, ou ausência de relação de, e para com, o Estado por parte dos cidadãos.

Seguidamente, a necessidade do orçamento, a atividade do Estado, o sistema fiscal utilizado em Portugal, os impostos em termos gerais, a relação existente entre os contribuintes e a Administração Tributária, são objeto de observação.

II.2. ORÇAMENTO

Orçamento é a parte de um plano financeiro estratégico que compreende a previsão de receitas e despesas futuras para a administração de determinado exercício. Desta forma considera-se essencial que, tanto as famílias e o Estado, possuam um orçamento adequado, de forma a provisionarem o futuro.

Assim, tendo em conta que este instrumento é na realidade um meio de alcançar bons resultados, é intrinsecamente necessário, através da educação, promover a sua utilidade.

O Orçamento Cidadão (OC) resume o Orçamento do Estado (OE) nos seus pontos essenciais. Este deve de ser redigido de forma simples e concreta, baseando-se de quadros e tabelas que sejam de fácil compreensão.

A comunicação das prioridades orçamentais é fundamental para que os cidadãos entendam como o Governo pretende cobrar receitas e onde elas vão ser gastas, como espera cumprir os objetivos do défice orçamental e da dívida pública.

A elaboração deste documento pretende estabelecer boas práticas de transparência que servem para aumentar a qualidade da democracia em Portugal. Existem Orçamentos Cidadão em vários países europeus, tais como o Reino Unido, a Dinamarca, a Suécia, Holanda, entre outros. Em todos estes, o Orçamento Cidadão é visto como um instrumento que serve dois objetivos: por um lado a

responsabilização dos governantes e por outro o envolvimento dos cidadãos no processo político.

O Orçamento do Estado é o documento ou conjunto de documentos que, com força de lei, detalha todas as receitas e despesas do Estado previstas para um determinado ano, propostas pelo Governo e autorizadas pela Assembleia da República. De acordo com o Ministério das Finanças, cumpre em simultâneo três funções fundamentais,

“Constitui um instrumento de política económica do Governo que afeta o rendimento das famílias, os lucros das empresas, o investimento público e o privado, permitindo às famílias e às empresas formar as suas expectativas;

Constitui uma autorização política pela Assembleia da República para o planeamento do Governo para um determinado ano, clarificando as prioridades políticas do Governo e permite o controlo democrático da governação;

Clarifica as prioridades políticas do Governo e permite o controlo democrático da governação, enquadrando legalmente a governação, garantindo uma medida de estabilidade e previsibilidade.” (Finanças M. d., 2015)

O Orçamento assume um vetor essencial no planeamento das famílias, empresas e Estado, e deve ser divulgado e explicado devidamente. Poderá ser através da educação, nomeadamente a fiscal, para que os membros da sociedade possam estar mais informados e sensibilizados para esta temática.

II.3. ATIVIDADE DO ESTADO

Cada instituição, sendo privada ou pública é criada com um fim e objetivo. No caso do Estado enquanto estrutura política formada por um Governo, terá de desempenhar a sua atividade de forma mais eficiente possível.

Para Santos o Governo assume,

“Uma importância primordial na forma como é organizada a sociedade, bem como na política utilizada na arrecadação dos

impostos. Pois, uma das formas de intervenção com mais relevância por parte dos governos é por meio do nível da fiscalidade, isto é, as políticas e os regimes tributários.” (Santos, 2003, p. 27)

O Estado é caracterizado por ser soberano, por exercer poder político em determinada sociedade, que atua por imposição de leis que por vezes, são mal recebidas pela sociedade.

Para Pereira o Estado português,

“Desenvolve uma atividade financeira caracterizada pela realização das despesas derivadas da satisfação das necessidades coletivas e pela arrecadação das receitas para a cobertura dessas despesas.” (Pereira M. H., 2011)

Por este prisma, é perceptível a existência de um Estado Fiscal, devido aos custos financeiros suportados pelo Estado, o que traduz para os cidadãos no cumprimento do dever de pagar imposto, ou seja, está implícito que o Estado necessita de receitas para permitir determinados direitos e regalias.

Nabais é da opinião que,

“Um Estado moderno apresenta-se por toda a parte como um Estado Fiscal, ou seja, como um Estado que tem por suporte financeiro determinante a figura dos impostos.” (Nabais, 2008)

II.4. SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

É fundamental perceber o funcionamento do sistema fiscal, porque os impostos que são cobrados em Portugal, são facto determinante na decisão, que pode afetar as expetativas dos contribuintes.

Ainda Pereira, no contexto do sistema fiscal refere que,

“A chamada noção clássica de sistema fiscal, será de considerá-lo como o conjunto de impostos vigentes num determinado país ou espaço geográfico, remetendo-se à legislação fiscal existente. No entanto, as formas como os impostos se podem organizar varia muito de país para país.” (Pereira M. H., 2009)

Pelo facto de existir um sistema fiscal complexo, provoca um desconhecimento das matérias fiscais, traduzindo-se inevitavelmente em custos mais elevados para o contribuinte.

Cada cidadão, que não cumpra dentro dos prazos estabelecidos os deveres tributários e as obrigações consideradas acessórias, correm o risco de cometer infrações, podendo incorrer em sanções.

Refere a CRP, no art.º 103, a noção que “o sistema fiscal visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e outras entidades públicas e uma repartição justa dos rendimentos e riqueza”, sendo os impostos “criados por lei, que determina a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes”, não podendo ninguém ser “obrigado a pagar impostos que não hajam sido criados nos termos da Constituição Portuguesa, que tenham natureza retroativa ou cuja liquidação e cobrança se não façam nos termos da lei”.

Contudo, o sistema fiscal português é constituído por um conjunto de impostos centrais e locais que incidem em três vertentes, a despesa, o rendimento e o património.

II.4.1. TAXAS

As principais receitas de um Estado são essencialmente obtidas pela via da cobrança de taxas e impostos.

Xavier refere que,

“As taxas têm carácter sinalagmático (bilateral), não unilateral, o qual por seu turno deriva funcionalmente da natureza do facto constitutivo das obrigações em que se traduzem e que consiste ou na prestação de uma atividade pública ou, na utilização de bens do domínio público ou na remoção de um limite jurídico à atividade dos particulares.” (Xavier, 1981, p. 42)

Um dos factos para a sua cobrança é a prestação de um serviço público, de forma individualizada, a um determinado sujeito passivo singular ou coletivo.

Outra razão considerada está relacionada com a cobrança pela utilização ou acesso a bens do domínio público como pontes, estradas, monumentos, entre outros.

II.4.2. IMPOSTOS

Para Pereira, a classificação em impostos diretos e impostos indiretos é,

“Uma das classificações mais utilizadas é a que regula a classificação orçamental dos impostos. É uma distinção generalista e que tem gerado muita discussão quanto à sua natureza. Quanto à distinção esta nem sempre se apresenta com precisão, mas incontestável em vários domínios. (Pereira M. H., 2009)

Assim, a distinção entre impostos diretos e indiretos que seguidamente é apresentada, é baseada no critério da sua natureza.

II.4.2.1. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos são aqueles impostos que incidem diretamente sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas.

II.4.2.1.1. IRS

No CIRS, o primeiro artigo refere que, “o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) incide sobre o valor anual dos rendimentos das categorias seguintes, mesmo quando provenientes de atos ilícitos, depois de efetuadas as correspondentes deduções e abatimentos”, englobando a sua incidência real em seis categorias de rendimentos:

- Categoria A - Rendimentos do trabalho dependente;
- Categoria B - Rendimentos empresariais e profissionais;
- Categoria E - Rendimentos de capitais;
- Categoria F - Rendimentos prediais;
- Categoria G - Incrementos patrimoniais;
- Categoria H - Pensões.

Estes rendimentos, quer em dinheiro quer em espécie, ficam sujeitos a tributação, seja qual for o local onde se obtenham, a moeda e a forma por que sejam auferidos.

II.4.2.1.2. IRC

Refere o artigo 1º do Código do IRC, “imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) incide sobre os rendimentos obtidos, mesmo quando provenientes de

atos ilícitos, no período de tributação, pelos respetivos sujeitos passivos, nos termos deste Código”.

II.4.2.2. IMPOSTOS INDIRETOS

Os impostos indiretos são aqueles que incidem sobre o consumo ou a despesa, e incidem sobre a generalidade dos bens que consumimos diariamente.

II.4.2.2.1. IMT

O IMT visa tributar as transmissões onerosas do direito de propriedade sobre bens imóveis, situados em Portugal, ou figuras parcelares desse direito, bem como outros negócios jurídicos que confirmem um resultado económico equivalente.

Como regra geral, o IMT incide sobre o valor do ato ou contrato ou sobre o VPT do imóvel, determinado de acordo com o estabelecido no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o que seja mais elevado.

II.4.2.2.2. IMI

O IMI incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, situados em território português. É devido pelo proprietário, usufrutuário ou superficiário do prédio a 31 de dezembro do ano a que respeita.

II.4.2.2.3. IVA

O IVA é um imposto geral sobre o consumo que incide sobre as transmissões de bens, as prestações de serviços, as aquisições intracomunitárias e as importações. É um imposto plurifásico porquanto é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista. Sendo um imposto plurifásico não é cumulativo, quer isto dizer que, o pagamento do imposto devido é fracionado pelos vários intervenientes do circuito económico, através do método do crédito do imposto.

II.4.2.2.4. IMPOSTO DO SELO

O Imposto do Selo (IS) incide sobre os atos, contratos, documentos, títulos, livros, papéis e outros factos, previstos na Tabela Geral, ocorridos em Portugal e não sujeitos ou isentos de IVA.

Os acima referidos serão ainda sujeitos a Imposto do Selo quando, ocorridos fora de Portugal, forem apresentados para efeitos legais em Portugal.

II.4.2.2.5. IMPOSTO S/ OS PRODUTOS PETROLÍFEROS E ENERGÉTICOS

O ISP é o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos. Aplica-se a toda a gasolina e gasóleo, bem como ao gás propano e butano, petróleo e GPL²³, que se destinem a venda ou consumo.

Conforme o Código dos Impostos Especiais de Consumo, o ISP incide sobre todos os produtos petrolíferos e energéticos e outros, como o hidrocarboneto, se forem consumidos ou colocados à venda para uso como carburante ou como combustível. Excluem-se apenas a turfa e o gás natural.

II.4.2.2.6. IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

O IUC é um imposto anual que incide sobre a propriedade (e não sobre a circulação), pago até o veículo ser abatido e atualizado todos os anos em janeiro.

É o imposto que substitui o antigo "selo do carro" e não deve ser confundido com o ISV, que é um imposto pago apenas quando o veículo é matriculado pela primeira vez (em novo ou como importado usado) e que já está incluído no preço de venda no caso dos novos.

II.4.2.2.1. IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS

O ISV pretende onerar os contribuintes na medida dos custos que estes provocam nos domínios do ambiente, infraestruturas viárias e sinistralidade rodoviária. O ISV incide sobre o fabrico, montagem, admissão ou importação de veículos sujeitos a tributação em território nacional e que estejam obrigados à matrícula em Portugal.

Os veículos sujeitos a tributação são: os automóveis ligeiros de passageiros, de utilização mista e de mercadorias, automóveis de passageiros, autocaravanas, motociclos, triciclos e quadriciclos.

Excluem-se de tributação os veículos não motorizados exclusivamente elétricos ou movidos a energias renováveis não combustíveis, ambulâncias e os automóveis ligeiros de mercadorias, de caixa aberta ou sem caixa.

²³ GPL - Gás de Petróleo Liquefeito

II.5. RELAÇÃO ENTRE O ESTADO E O CONTRIBUINTE

Considerando que a generalidade dos cidadãos portugueses possui uma relação um tanto ou quanto conturbada com a AT, considerada apenas uma Autoridade que visa o apuramento e arrecadação de imposto, nunca vista como um elemento de interesse mútuo e bidirecional.

Este tipo de relação poderá ser visto como uma não relação, e será muito influenciada pelo facto de o Estado, através da cobrança de imposto, retirar determinados rendimentos aos contribuintes, onde os impostos retidos não são aplicados da melhor forma, nem nas devidas proporções.

O facto de ser considerado que a AT é apenas uma entidade que cobra imposto, diminuindo os rendimentos das famílias e empresas, de forma ilegal, determinados contribuintes através de fuga ou evasão fiscal, deixam de cumprir as suas obrigações.

De acordo com Braithwaite, existem cinco posturas adotadas pelo contribuinte relativamente ao cumprimento fiscal,

Compromisso - O contribuinte está comprometido em cumprir de forma correta e justa os seus impostos;

Sujeição - O contribuinte sujeita-se ao que lhe é imposto por lei, e está disposto a corrigir a sua má postura relativamente ao imposto; este também facilmente irá solicitar ajuda a Autoridade Tributária;

Resistência - O contribuinte não está disposto a cooperar com a Autoridade Tributária, bem como acha que a mesma só está interessada em descobrir possíveis atos de evasão fiscal;

Desinteresse O contribuinte não tem nenhum interesse sobre questões ligadas ao cumprimento fiscal, nem sobre a Autoridade Tributária;

Planeamento fiscal – O contribuinte gosta de estar a par sobre as questões fiscais, bem como o mesmo faz o planeamento fiscal das suas obrigações.

Por conseguinte, concluiu que os invasores, normalmente, estão inseridos no grupo da resistência e do desinteresse.” (Braithwaite, 2002)

Perante esta realidade, há necessidade de uma forma precisa, educar e reeducar os contribuintes a criarem uma nova relação de compromisso entre as duas partes, a do contribuinte e a da Autoridade Tributária, onde seja fomentado o compromisso mútuo.

A AT está, no entanto, numa posição desfavorável uma vez que o seu objetivo, entre outros é a cobrança de impostos de uma forma legal e democrática, isto é, arrecadar os devidos impostos com a devida aceitação dos contribuintes. Cabe à Administração, criar condições que proporcionem compreensão por parte do contribuinte, relativamente a cobrança de imposto, de forma a simplificar o cumprimento fiscal.

Para Kirchler é importante mencionar que,

“É evidente a importância da fomentação de uma relação “serviço e cliente”, na qual a Autoridade Tributária apela à participação dos contribuintes nas matérias fiscais, fazendo com que os mesmos se sintam incluídos nas decisões da mesma. Outro fator mencionado pelos mesmos é a criação de um ambiente de confiança entre contribuinte e a Autoridade Tributária para a fomentação do cumprimento fiscal voluntário.” (Erich Kirchler, 2008)

O papel da AT deverá incidir em algumas premissas fundamentais como educar os contribuintes através de programas de educação fiscal na sociedade, nomeadamente nos estabelecimentos de ensino; garantir o cumprimento fiscal; aumentar a transparência, preparar, transmitir e adaptar a informação fiscal consoante a literacia e conhecimento fiscal do contribuinte; esclarecer eventuais dúvidas sobre as matérias fiscais; criar condições para tornar o cumprimento fiscal mais fácil e simples.

II.6. NOTAS CONCLUSIVAS

O orçamento é verdadeiramente um instrumento essencial na organização das famílias, empresas e Estado. Este assume um real valor quando é utilizado com rigor e eficiência.

O Estado na sua atuação assume uma importância primordial na forma como estrutura uma sociedade e como procede à arrecadação dos impostos.

Um Estado considerado moderno deve ser considerado um Estado Fiscal, ou seja, como um Estado que tem por suporte financeiro determinante a figura dos impostos.

Sendo o sistema fiscal português um sistema repleto de taxas e impostos, é necessário que cada um destes esteja devidamente enquadrado e com suporte de lei, para que as receitas do Estado sejam cobradas através da via legal. O sistema fiscal português é constituído por um conjunto de impostos centrais e locais que incidem em três vertentes, a despesa, o rendimento e o património.

A cobrança de impostos visa essencialmente cobrir as despesas públicas do Estado. Estas receitas são utilizadas na criação de melhores infraestruturas sociais, melhores condições de vida, melhorar o acesso ao sistema nacional de saúde, garantir a segurança, promover melhores acessos à educação, e garantir uma justa repartição dos rendimentos e uma diminuição das desigualdades sociais.

Perante este conceito, está implícito que os impostos são o custo de vivermos numa sociedade solidária e liberal, onde prevalecem os direitos, liberdades e garantias fundamenais dos cidadãos. Desta forma, a simples presença numa sociedade evoluída e solidária implica que todos têm o dever ético de contribuir, nenhum é exceção.

Uma relação positiva entre os intervenientes do sistema fiscal português, nomeadamente entre o Estado, as famílias e as empresas, beneficia todas as partes e toda a sociedade fica em vantagem. O sistema será mais justo e a repartição dos impostos cobrados será mais eficiente.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA E RESULTADOS RECOLHIDOS

I. METODOLOGIA

I.1. NOTA INTRODUTÓRIA

A presente investigação cujo tema é Literacia Fiscal – Importância e Perceção – Peniche, vem permitir a análise e perceção dos atuais cidadãos contribuintes, relativamente ao sistema fiscal português. No capítulo seguinte é definido a metodologia sobre a qual é baseada a investigação, e a caracterização do inquérito quanto à sua estrutura e questões.

É objetivo analisar os dados recolhidos na investigação através dos referidos inquéritos em relação aos estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar em Peniche e os marítimos ativos em Peniche, vulgo pescadores.

I.2. APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA

De forma a obter o máximo de informação e de forma mais detalhada possível, são utilizadas diversas ferramentas informáticas, que possibilitam uma maior objetividade possibilidade de constituir variáveis.

Tendo em conta que presentemente existem inúmeras ferramentas desta natureza, a que serve de base para o suporte deste inquérito, como mencionado anteriormente é o *Google Forms*. No decorrer da análise dos resultados apurados é utilizada o *software* da IBM, denominado de SPSS²⁴, que permite de forma rápida a criação de gráficos. Ainda neste campo de análise é também utilizado como suporte o *software* Microsoft Excel, que permite elaborar gráficos com mais opções visuais e facilita a introdução dos dados obtidos através do *software Google Forms*.

²⁴ Versão utilizada estável: 24

I.3. PLANEAMENTO

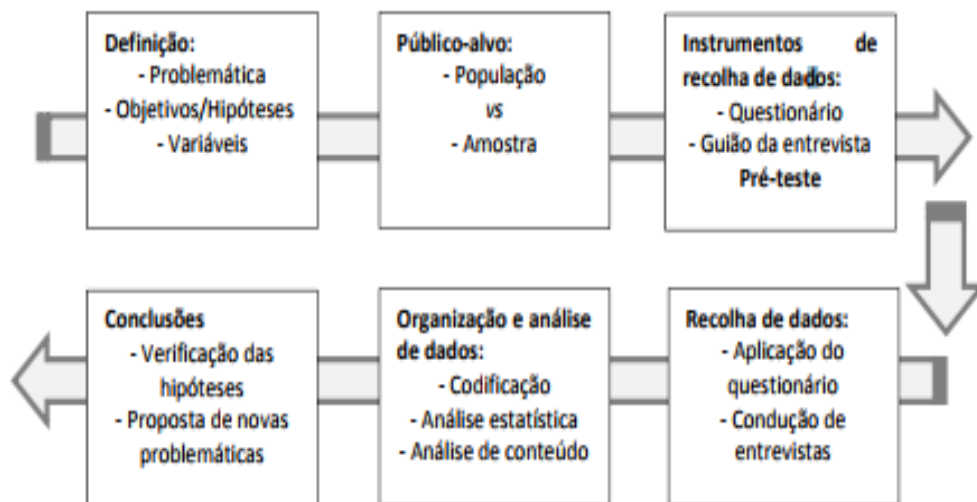
A implementação e criação de um inquérito são um procedimento cujo objetivo é a recolha de informação temática válida e fiável, obtida a partir das respostas individuais dadas a um conjunto de questões por um grupo de indivíduos, em torno das quais se produzem conclusões passíveis de serem generalizadas ao universo da população em estudo.

Após muitos estudo, Gil refere que,

“A investigação científica depende de um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.” (Gil, 1999)

O planeamento de um inquérito obedece a várias etapas, e inicia-se antes do processo de inquirição. Estas etapas obedecem a uma cronologia e lógica, não podendo ser ignoradas etapas, ou alteração da ordem das mesmas.

Figura I-1 - Planeamento de um inquérito



Fonte: Adaptado, Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa

A metodologia de investigação desempenha assim, um papel importante no estabelecimento de uma base científica para ser possível retirar conclusões confiáveis. É uma importante ferramenta de trabalho, do qual depende em grande parte o sucesso da inquirição, uma vez que irá orientar a pesquisa, a escolha do método e das técnicas de investigação mais adequadas à concretização do objetivo final.

I.4. INQUÉRITO

O presente estudo tem por base a aplicação de um inquérito (ver apêndice), que foi distribuído a dois públicos distintos, estudantes do ensino superior em Peniche e aos marítimos ativos de Peniche.

Para Tuckman, é de salientar que,

“O inquérito é uma técnica de investigação que permite a recolha de informação diretamente de um interveniente na investigação através de um conjunto de questões organizadas segundo uma determinada ordem. Estas podem ser apresentadas ao respondente de forma escrita ou oral. É uma das técnicas mais utilizadas, pois permite obter informação, sobre determinado fenómeno, através da formulação de questões que refletem atitudes, opiniões, percepções, interesses e comportamentos de um conjunto de indivíduos.” (Tuckman, 2000)

O inquérito esteve disponível para os estudantes para resposta via online sensivelmente um mês, desde o dia 15 de novembro ao dia 17 de dezembro de 2017, enquanto que aos pescadores, foi realizado presencialmente em duas semanas, compreendidas entre o dia 15 e o dia 29 de novembro, alternando entre o período da manhã e o da tarde,

Relativamente aos estudantes, este inquérito foi respondido e submetido via eletrónica, cuja divulgação foi efetuada através dos serviços académicos da ESTM²⁵ às listas dos alunos inscritos no presente anos de 2017.

Aos pescadores foi entregue em mão, em formato papel, exatamente o mesmo inquérito enviado aos estudantes, nas instalações portuárias de Peniche, onde decorre a sua atividade.

O desenvolvimento deste inquérito teve por base a utilização de uma ferramenta denominada de *Google Forms*, que possibilita a criação de toda a estrutura, bem como envio dos mesmos, e ainda recolher de forma automática as respostas submetidas.

²⁵ Escola Superior de Turismo e Tecnologias do Mar – Instituto Politécnico de Leiria

O inquérito utiliza uma estrutura simples, de fácil interpretação e leitura, dividido por cinco secções devidamente separadas:

- Um cabeçalho introdutório onde menciona o tema do inquérito, o âmbito de estudo, endereço do correio eletrónico que permite responder a qualquer dúvida, e menção que o mesmo é anónimo e confidencial.
- O corpo é constituído por vinte sete questões, divididas por três grupos:
 - I. Quatro questões relacionadas com a informação pessoal do inquirido;
 - II. Quinze questões relacionadas com o sistema fiscal português;
 - III. Oito questões relacionadas com os impostos.
- Uma conclusão, onde é agradecido a disponibilidade e contribuição para um estudo académico.

I.5. OBJETIVOS DO INQUÉRITO

É objetivo do presente estudo académico responder às seguintes questões:

- Obter dados pessoais, que permitam situar as variáveis de estudo (habilitações, idade, situação profissional);
- Verificar, na generalidade que conhecimentos fiscais detêm os inquiridos;
- Perceber o interesse dos inquiridos relativamente à temática fiscal;
- Identificar a sua posição relativamente à necessidade da educação fiscal;
- Perceber a sua posição e opinião relativamente à necessidade do sistema fiscal, da cobrança de impostos, e se mantem comunicação com a AT (através da Internet, ou serviço de finanças local);
- Identificar se os inquiridos sabem o que significa as principais siglas ou acrónimos dos impostos portugueses;
- Analisar os dados e tirar as devidas conclusões, permitindo criar uma referência para futuros estudos.

I.6. PRÉ-TESTE

Antes da implementação do inquérito, deve-se testar a sua adequação aos objetivos do estudo através da aplicação em pequena escala da versão preliminar.

Este procedimento, consiste na apresentação do inquérito a um número restrito de pessoas, pertencentes às diferentes categorias de indivíduos que compõem a amostra. Desta forma, este pré-teste foi dirigido a um número restrito de estudantes e pescadores.

Durante o preenchimento do inquérito, durante o qual foi cronometrado o tempo de resposta, os envolvidos foram convidados a fazer uma avaliação crítica e sugestiva, de forma a melhorar e adequar o inquérito.

Esta intervenção por parte dos inquiridos possibilitou a deteção de insuficiências, alterações na estrutura, reformulação de questões, adequação da modalidade de respostas, e ainda alteração para uma escrita mais adequada aos dois públicos.

Foi também solicitado ao público que respondia via correio eletrónico, que acedessem a diferentes tipos de navegadores de internet e diferentes sistemas operativos, de forma a permitir anteceder eventuais dificuldades e condicionalismos na visualização e resposta do inquérito.

I.7. RECOLHA DE DADOS

A recolha de dados é uma tarefa importante na elaboração de um inquérito, segundo Reis,

“Uma das vantagens do inquérito é a facilidade da recolha dos dados, de modo a que a amostra seja representativa. Este método também torna mais económica a recolha dos dados, bem como facilita a análise e comparação dos mesmos. Por outro lado, uma das desvantagens é a má interpretação das questões presentes no inquérito por parte do inquerido, sendo muitas vezes necessário informação adicional para a correta compreensão do mesmo.” (Reis, 2010)

A recolha de dados do inquérito envolveu procedimentos distintos para os dois públicos em estudo.

Se no caso do inquérito destinado aos estudantes do ensino superior, todos os inquéritos foram enviados via correio eletrónico e respondidos pela mesma via, o que permitiu um acesso imediato aquando das respostas.

Aos pescadores foram entregues em mão, em formato papel, com a possibilidade de responderem no momento, ou com a possibilidade de deixarem posteriormente numa urna devidamente selada, num espaço comum, nas instalações portuárias²⁶ de Peniche.

I.8. NOTAS CONCLUSIVAS

Todas as escolhas metodológicas tomadas para executar o inquérito, foram o resultado da tentativa de respeitar os procedimentos necessários para realizar um inquérito deste tipo, mitigando constrangimentos, anulando possíveis incompatibilidades, atendendo ao público em estudo.

Como em todos os estudos desta natureza, existem sempre condicionantes de implementação, e neste caso em concreto, praticamente todas as condicionantes foram superadas com a realização do pré teste, que contribuiu essencialmente para a adequação da linguagem a utilizar, sendo mais simples e de interpretação aos dois públicos.

De ressaltar, que ambos os públicos, especialmente os pescadores, procederam de uma forma exemplar, contribuindo com vontade e iniciativa para a objetividade do estudo, mostrando total cooperação.

²⁶ Junto à entrada da Lota de Peniche - Docapesca

II. RESULTADOS RECOLHIDOS

A análise decorrente dos resultados recolhidos através dos inquéritos ministrados, permite perceber a perceção dos conhecimentos fiscais, e se há relacionamento entre a educação e o conhecimento fiscal.

II.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Perante os dados recolhidos, é possível através de uma análise completa aferir se o nível educacional dos inquiridos afeta a perceção dos temas explorados no inquérito.

De seguida, de forma mais pormenorizada, são evidenciados os dados recolhidos, a caracterização da amostra, a análise detalhada das respostas ao inquérito, e a possibilidade deste estudo, relacionado com a literacia fiscal em Peniche, servir como base futura para novos trabalhos académicos.

II.2. UNIVERSO

Como já definido e mencionado anteriormente, o objeto de estudo presente nesta Dissertação são os estudantes da Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, em Peniche, dispersos por Licenciaturas, Mestrados e TeSP²⁷, a lecionar em horário Laboral e Pós-Laboral e em Regime de Ensino à Distância.

Relativamente à população estudante a oferta da ESTM baseia-se em: Licenciaturas compostas por vários cursos: Licenciatura em Animação Turística, Biologia Marinha e Biotecnologia, Biotecnologia, Engenharia Alimentar, Gestão da Restauração e Catering, Gestão de Eventos, Gestão Turística e Hoteleira, Marketing Turístico, Tecnologia e Segurança Alimentar e Turismo.

Ao nível de Mestrado, a oferta resume-se a Mestrado em Aquacultura, Engenharia Alimentar, Biotecnologia dos Recursos Marinhos, Gestão da Qualidade e Segurança Alimentar, Gestão e Direção Hoteleira, Marketing e Promoção Turística, e Turismo e Ambiente.

²⁷ Cursos Técnicos Superiores Profissionais

Os Cursos Técnicos Superiores Profissionais a oferta baseia-se no curso de Análises Laboratoriais, Animação em Turismo de Natureza e Aventura, Aquacultura e Recursos Marinhos, Cozinha e Produção Alimentar, Gestão Hoteleira e Alojamento, Inovação e Tecnologia Alimentar e Marketing Digital no Turismo.

Algumas das ofertas formativas acima descritas são compostas por unidades curriculares com conteúdos programáticos relacionados com gestão, contabilidade geral, contabilidade financeira, finanças empresariais, entre outras, o que permite aos estudantes uma maior proximidade com os conteúdos analisados neste estudo.

Os alunos apresentam a seguinte dispersão relativamente à oferta formativa: Licenciatura 1000 alunos; Mestrado 236 alunos; e TeSP 238 alunos, que perfaz o total de 1474 alunos.

A outra população em análise são os pescadores, com atividade em Peniche, e com inscrição na Capitania de Peniche, cujos dados apresentados de seguida foram disponibilizados pela mesma entidade.

Pelo facto da Capitania de Peniche ainda não ter todos os dados em suporte informático, foram disponibilizadas²⁸ as inscrições desde 2010 até ao mês de novembro de 2017, o total das inscrições marítimas em Peniche, que perfaz um total de 416 elementos.

II.3. AMOSTRA

A amostra é o conjunto de elementos extraídos de um conjunto maior, chamado população ou universo. É um conjunto constituído de indivíduos acontecimentos ou outros objetos de estudo que o investigador pretende descrever ou para os quais pretende generalizar as suas conclusões ou resultados.

Na opinião de Matalon e Ghiglione,

A dimensão da amostra, para pôr em evidência as relações e que, portanto, permita verificar hipóteses, está tradicionalmente fixada em 5% do seu universo. (Matalon & Ghiglione, 1993)

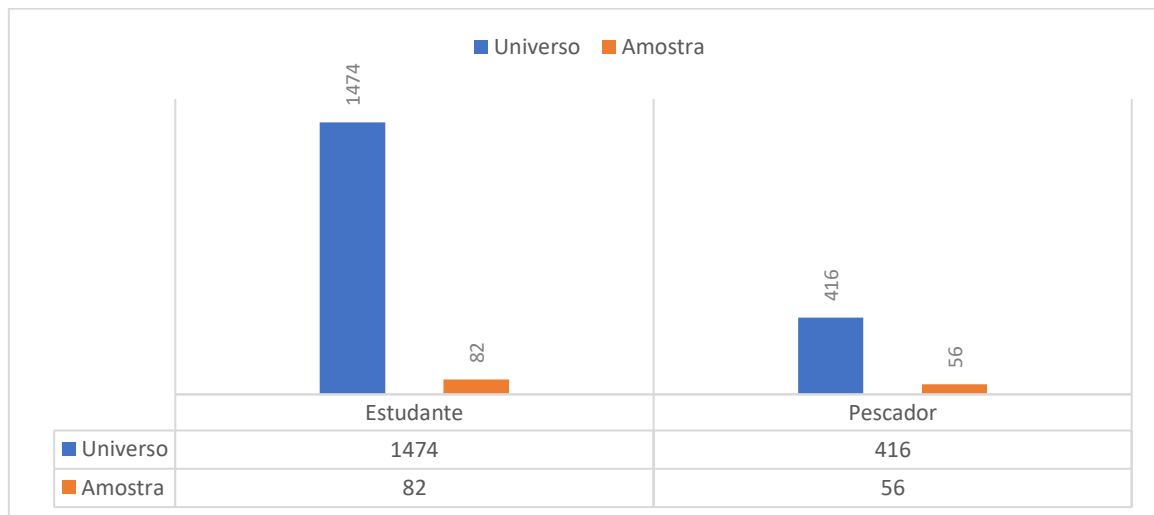
Todavia, se se aumentar a dimensão da amostra, diminui o risco de aceitar erradamente a hipótese nula: “quando aumentamos a

²⁸ Via email no dia 15/11/2017

dimensão da amostra temos mais possibilidades de descobrir relações, mesmo ténues”. (Matalon & Ghiglione, 1993, p. 64)

A presente amostra relativa aos estudantes é de 82 elementos, para um universo de 1474 elementos, sendo o universo de 46 pescadores, correspondendo a 56 elementos amostrais.

Gráfico II-1 - Universo e amostra



Fonte: Própria

Uma amostra com uma dimensão superior a 5% ao universo de estudo permite evidenciar as relações existentes, mesmo quando estas são consideradas superficiais.

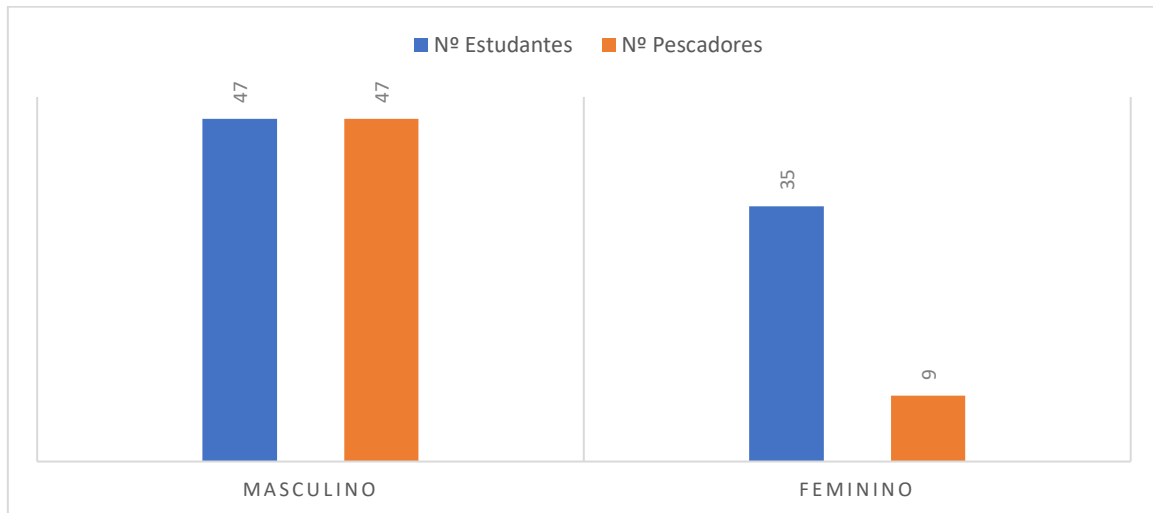
II.4. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

II.4.1. INFORMAÇÃO PESSOAL

A presente amostra de 138 indivíduos, cujo universo é de 1890 é dividida em dois universos distintos, os estudantes e os pescadores.

II.4.1.1. GÉNERO

Gráfico II-2 - Género

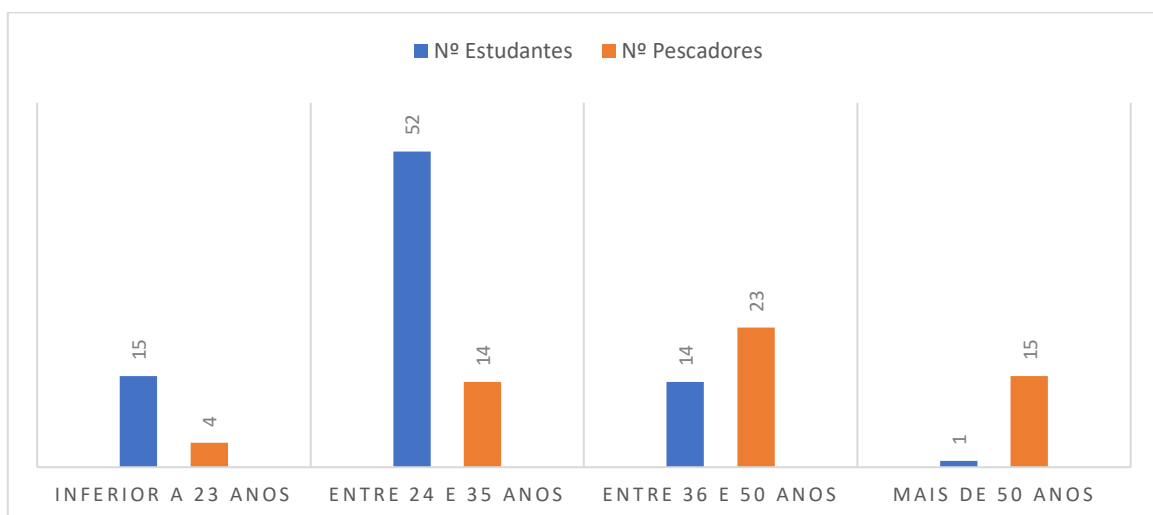


Fonte: Própria

Relativamente ao género dos estudantes comparado com os pescadores, é visível que no género masculino as respostas foram de 47 inquiridos em ambos representando 50% em cada um; o género feminino nos estudantes representa 35, correspondendo a 80% e nos pescadores foram 9 respostas, correspondendo a 20%.

II.4.1.2. FAIXA ETÁRIA

Gráfico II-3 - Faixa etária

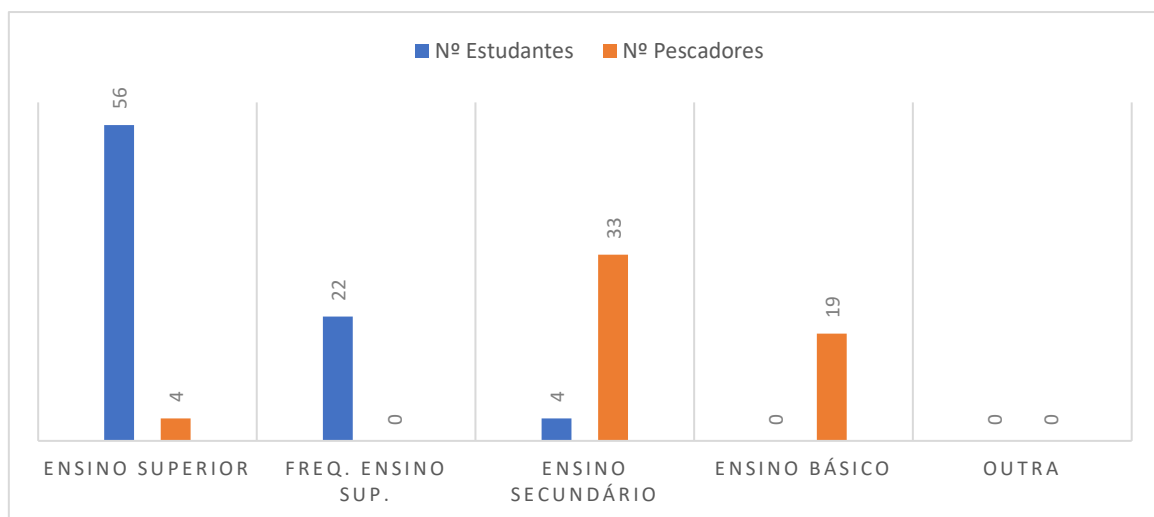


Fonte: Própria

Na faixa etária, as diferenças são mais substanciais, pelo que previsivelmente existem mais estudantes com idades menos elevadas, onde 67 alunos têm idades entre os 23 e os 35, somente 14 apresentam idade entre os 36 e 50 anos, e apenas 1 tem idade superior a 50 anos. Dos pescadores apenas 4 possuem idade inferior a 23 anos, 14 entre os 24 e os 35 anos, e a maior parte dos inquiridos, 38 apresentam idades compreendidas entre os 36 e mais de 50 anos.

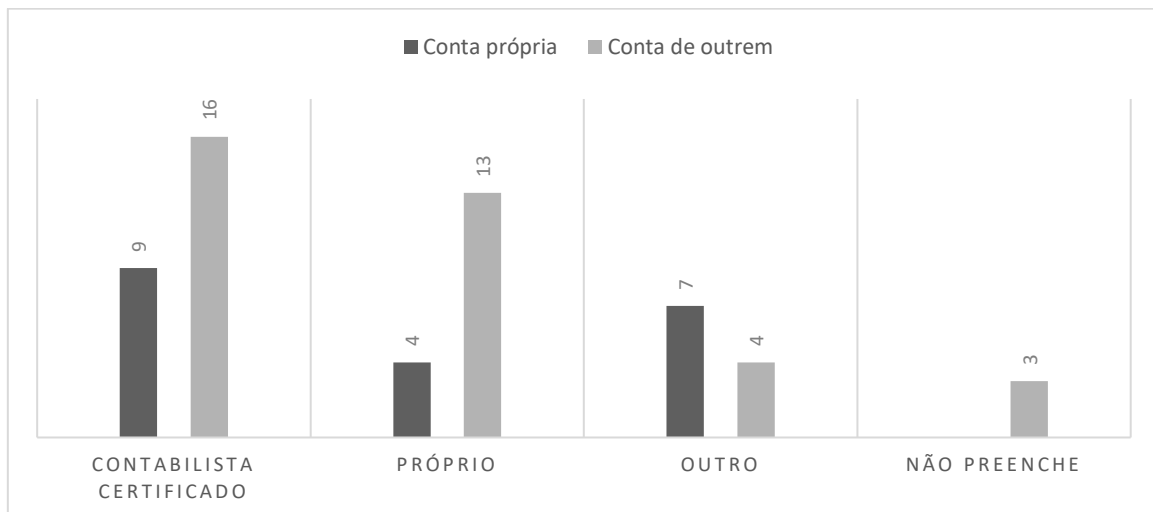
II.4.1.3. HABILITAÇÕES

Gráfico II-4 - Habilitações



Fonte: Própria

O nível de habilitações como expectável é distinto, considerando o universo de estudantes, 78 dos inquiridos apresentam habilitações ao nível da frequência de ensino superior ou ensino superior e apenas 4 estão habilitados ao nível secundário. Por outro lado, 4 dos inquiridos pescadores apresentam habilitações ao nível do ensino superior, e os restantes 52 têm habilitações compreendidas entre o ensino básico e o secundário. Em termos percentuais os estudantes apresentam 100% na frequência universitária, querendo dizer isto que não há nenhum pescador com este nível, entre o ensino básico e o secundário apenas 7% dos estudantes estão neste nível e os remanescentes 52 pescadores, perfazem os restantes 93% da amostra.

II.4.1.4. SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PESCADORES**Gráfico II-5 - Situação profissional pescadores****Fonte: Própria**

Nos inquéritos distribuídos foi solicitado aos inquiridos que fossem estudantes e trabalhadores, deveriam optar pela opção “estudante”, os pescadores devia escolher entre trabalhador por conta “própria” ou por conta “de outrem”.

Apesar de ser um dado auxiliar para o estudo, no seguimento da estrutura do inquérito, considerei colocar esta hipótese, afim de obter dados objetivos relativos a quem preenche a declaração de IRS dos pescadores, quer por conta própria, quer por conta de outrem. Assim fica evidente se delegam, ou se preenchem eles próprios.

Assim, os dados recolhidos da amostra e em concreto desta variável, permite perceber que, do total dos pescadores, 20 são trabalhadores por conta própria, e deste 16 delegam o preenchimento do IRS, apenas 4 afirmam ser eles próprios a submeter a declaração.

Do total dos pescadores, 36 são funcionários por conta de outrem, destes 16 solicitam ao Contabilista Certificado para submeter a declaração de rendimento, 4 solicita a “outro”, 3 não preenchem, e os restantes 13 submetem eles próprios.

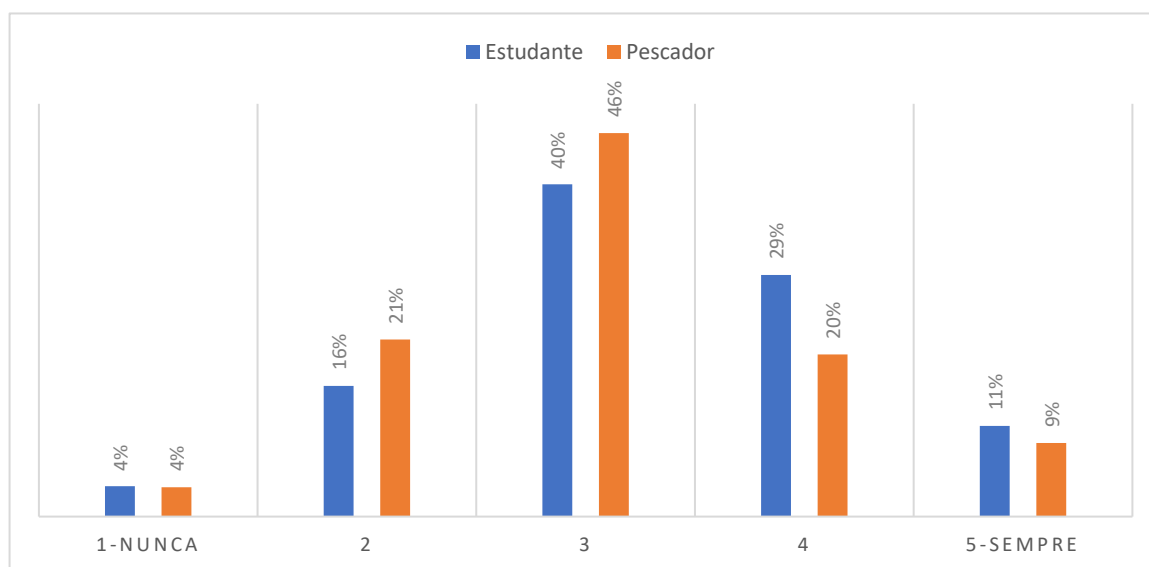
II.4.2. PERCEÇÃO DOS CONHECIMENTOS FISCAIS

Este subcapítulo permite avaliar a percepção dos conhecimentos fiscais em termos gerais da amostra, verificando assim se por exemplo o nível de habilitações, o acesso facilitado a informação, possibilidade de esclarecimento por parte de professores, por analogia a uma amostra provavelmente ou possivelmente menos instruída, com menos facilidade de acesso a ferramentas de pesquisa e pela essência da atividade que ocupam, tem influência nas respostas das seguintes questões.

Alguns dos resultados apresentam a dispersão das respostas dos inquiridos, na escala de Likert²⁹.

II.4.2.1. ACOMPANHA NOTÍCIAS DE CARÁTER FISCAL?

Gráfico II-6 - Acompanha notícias de carácter fiscal?



Fonte: Própria

Esta questão presente no inquérito permite avaliar se existe por parte dos inquiridos interesse de acompanhar notícias de âmbito fiscal, nos diversos meios de comunicação.

As respostas dos estudantes em termos médios situam-se em cerca de 3,51, ou seja, acompanham de forma média, ou pouco acima da média notícias de âmbito

²⁹ Likert é um tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em inquéritos, e é a escala mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Esta escala tem seu nome devido à publicação de um relatório explicando seu uso por Rensis Likert

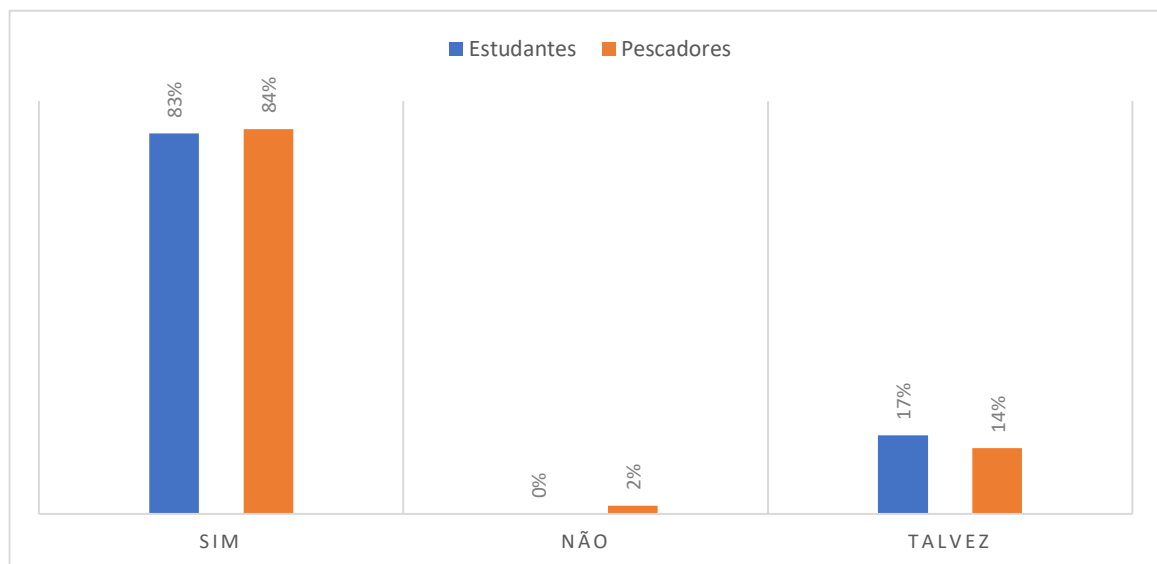
fiscal. A dispersão situa-se essencialmente no ponto 3 e 4, mas existem cerca de 9 inquiridos que respondem que acompanham sempre as notícias, e apenas cerca de 2 afirma não acompanhar.

Por sua vez os pescadores, a média das respostas são 3,09, ou seja, acompanham de forma equilibrada as notícias desta temática. A dispersão das respostas incide essencialmente nos pontos 2, 3 e 4, mas cerca de 6 inquiridos responde que acompanham sempre as notícias, e apenas 2 inquiridos não manifestam qualquer acompanhamento.

Após estes resultados, é perentório afirmar que ambas as amostras possuem desempenho em termos médios idênticos, apenas divergindo de 3,28 para 3,09 dos estudantes e pescadores, respetivamente.

II.4.2.2. CONSIDERA IMPORTANTE CRIAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS?

Gráfico II-7 – Importância de programas de educação fiscal nas escolas?



Fonte: Própria

A presente questão permite identificar se os inquiridos consideram importante criar programas de educação fiscal nas escolas portuguesas.

Em termos percentuais, 83% dos estudantes afirma que é importante criar programas de educação fiscal nas escolas portuguesas e apenas 17% refere que talvez seja importante, de salientar que nenhuma resposta foi no sentido de não ser

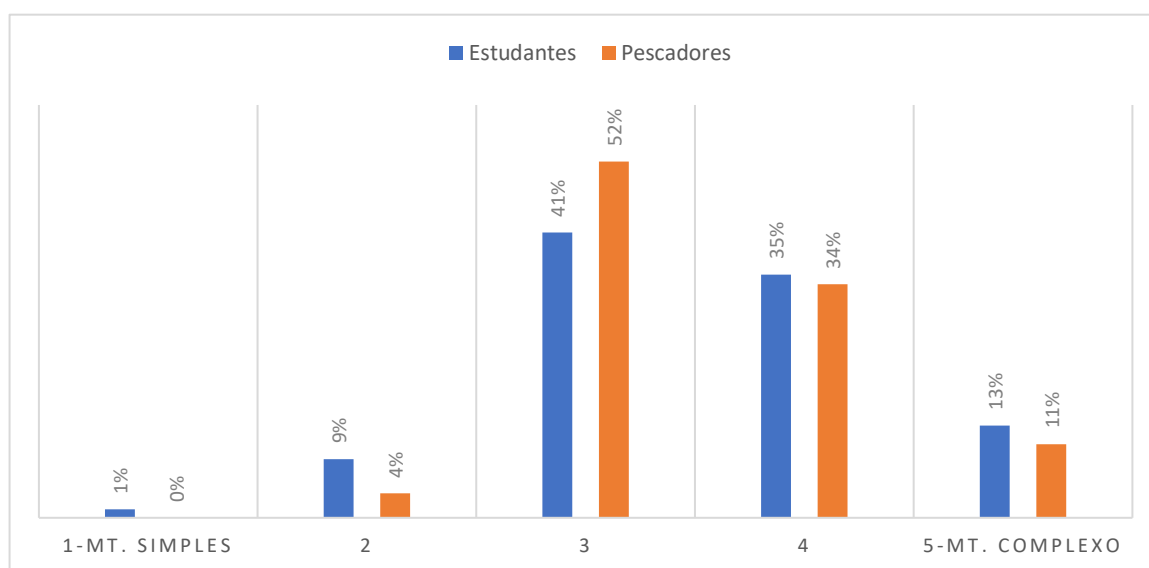
importante os programas de educação fiscal. Os pescadores 83,9% afirmou ser importante, 14,3 respondeu “talvez” e 1.8%, 1 inquirido respondeu “não”.

Em termos absolutos, 68 estudantes responderam “sim”, 14 responderam “talvez”, e os pescadores, 47 respondeu “sim”, 8 responderam “talvez” e apenas 1,8%, ou seja 1 indivíduo respondeu negativamente.

É visível que ambas as amostras respondem sensivelmente da mesma forma, onde existe apenas uma variação de 1% dos estudantes por comparação com os pescadores. As duas amostras apresentam semelhanças nas respostas na necessidade de criar programas de educação fiscal nos estabelecimentos de ensino.

II.4.2.3. COMO CLASSIFICA O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS?

Gráfico II-8 - Como classifica sistema fiscal?



Fonte: Própria

As respostas obtidas através desta questão permitem ter uma perceção como os inquiridos classificam o sistema fiscal português, sendo que as repostas em termos médios é 3.51 e 3,52 para estudantes e pescadores, respetivamente.

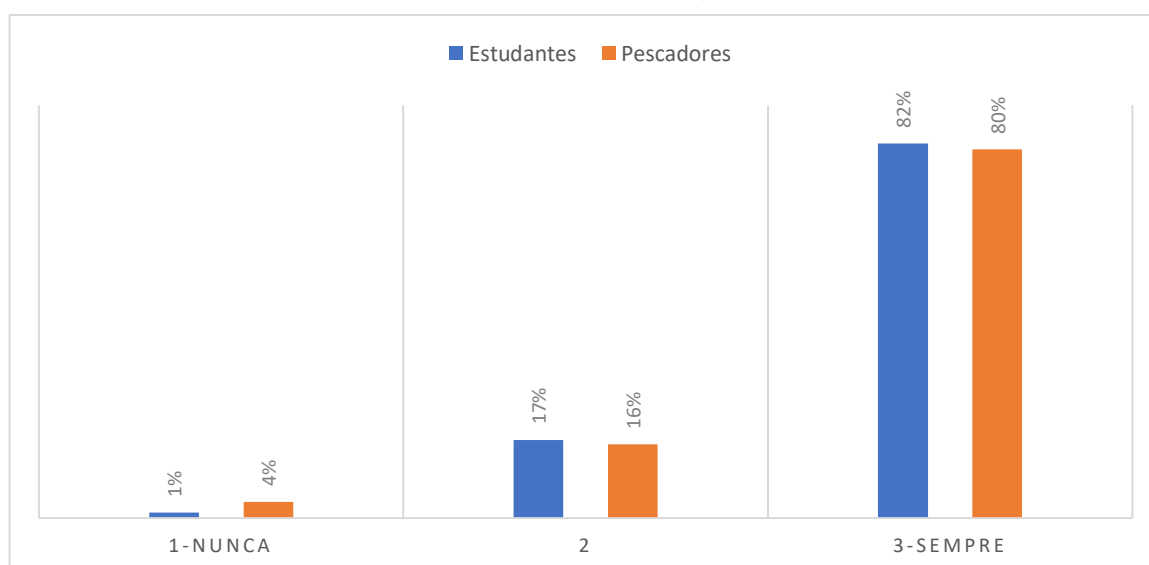
Relativamente aos estudantes, 41% afirma que é um sistema medianamente complexo, 35% responde complexo e 13% afirma ser muito complexo. De referir que apenas 1%, ou seja um estudante responde ser muito simples o sistema fiscal português.

Mais de metade dos pescadores afirma ser um sistema médio em termos de complexidade, nenhum responde que é muito simples, 34% afirma que é complexo e apenas 11% diz que estamos perante um sistema muito complexo.

Concluindo assim que, tanto os estudantes como os pescadores apresentam valores relativamente idênticos, não sendo observado variações significativas nas respostas, permitindo ajuizar que a presença de um ambiente académico, nas condições atuais, não é fator diferenciador na perceção do sistema fiscal português.

II.4.2.4. CUMPRE AS SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS ATEMPADAMENTE?

Gráfico II-9 - Cumpre as obrigações fiscais?



Fonte: Própria

Perante as repostas à questão acima, é possível verificar se os inquiridos são contribuintes responsáveis e cumpridores dos deveres tributários. Em termos médios não há oscilação, uma vez que estamos perante médias idênticas, 2.80, e 2.77 estudantes e pescadores, respetivamente.

“Sempre” é a resposta para 82% dos estudantes, que afirmam que são cumpridores das suas obrigações fiscais, apenas 1% responde que nunca cumpre s obrigações, e 17% afirma que por vezes incorre em incumprimento.

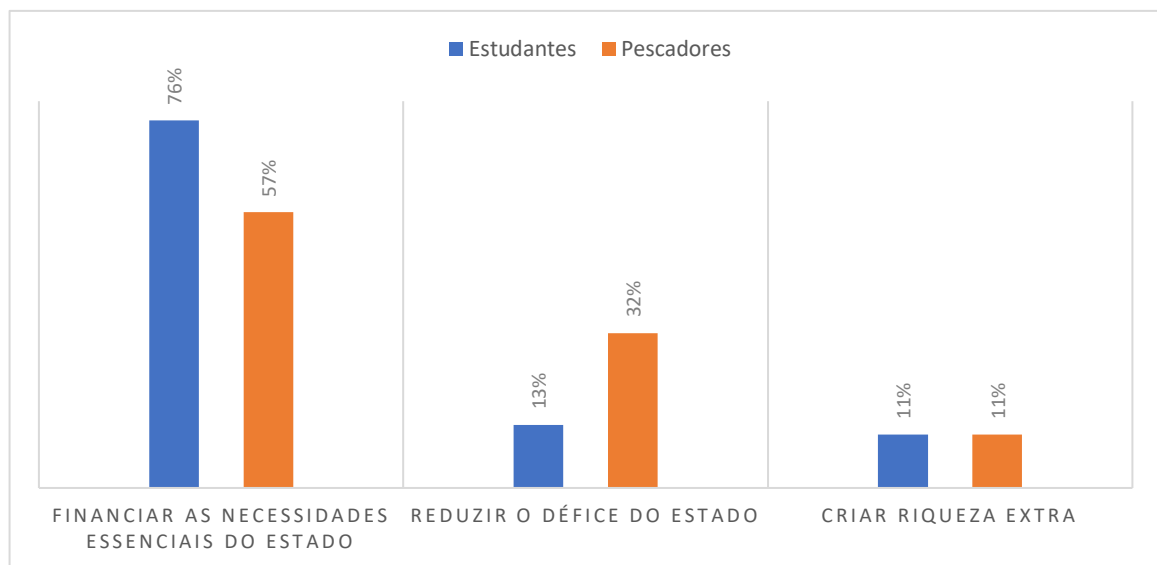
Ao nível dos pescadores, as respostas são relativamente idênticas à amostra estudantil, verificando-se que 80% é cumpridor, 16% por vezes incorre em não

cumprimento, e uma franja de 4% afirma que nunca cumpre as suas obrigações, sendo eventualmente abordados pela Administração Tributária.

Uma vez mais, o resultado das amostras tem um certo nível de equilíbrio, verificando-se respostas semelhantes em termos percentuais. As eventuais diferenças entre as duas amostras não são evidenciadas nesta pergunta.

II.4.2.5. QUAL A FINALIDADE DA COBRANÇA DOS IMPOSTOS?

Gráfico II-10 - Finalidade da cobrança de impostos?



Fonte: Própria

A questão supra permite de os inquiridos respondam tendo em conta três possibilidades, sendo apenas uma a questão correta. Esta análise permite verificar se os inquiridos sabem qual é a finalidade da cobrança de impostos. A resposta considerada correta é “financiar as necessidades do Estado”.

A amostra estudantil, considera a resposta correta em 76%, enquanto os restantes respondem erradamente e afirmam 13% que a finalidade se destina a “reduzir o défice” e os restantes 11% responde que é para “criar riqueza extra”.

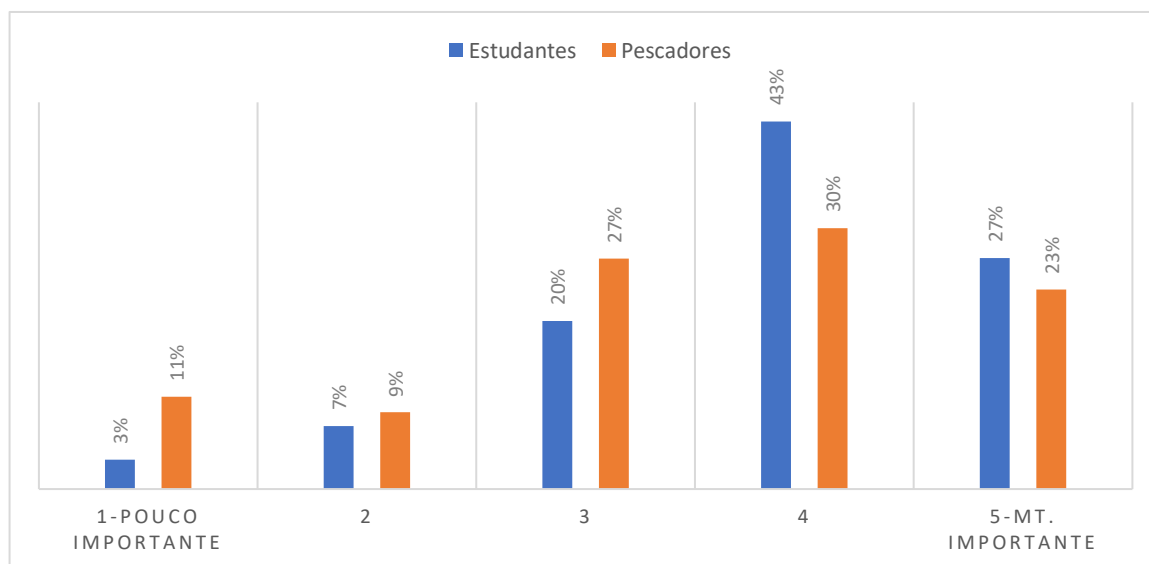
Mais de metade dos pescadores, 57% acerta na opção, 32% afirma que a finalidade é para “reduzir o défice” e os remanescentes 11% responde que é para “criar riqueza extra”.

Mais de metade das amostras reponde corretamente à questão, verificando-se que mais de metade dos inquiridos, sabe qual é a finalidade do Estado cobrar impostos.

Nesta questão verifica-se uma maior preponderância a responder assertivamente por parte dos estudantes.

II.4.2.6. CONSIDERA NECESSÁRIO A COBRANÇA DE IMPOSTOS PARA A VIDA EM SOCIEDADE?

Gráfico II-11 - Cobrança de impostos em sociedade?



Fonte: Própria

A presente questão efetuada no inquérito permite tirar conclusões sobre a importância da cobrança de impostos para a vida em sociedade. O valor médio da comunidade estudantil é de 3,82, enquanto a dos pescadores é de 3,46, verificando-se algum equilíbrio.

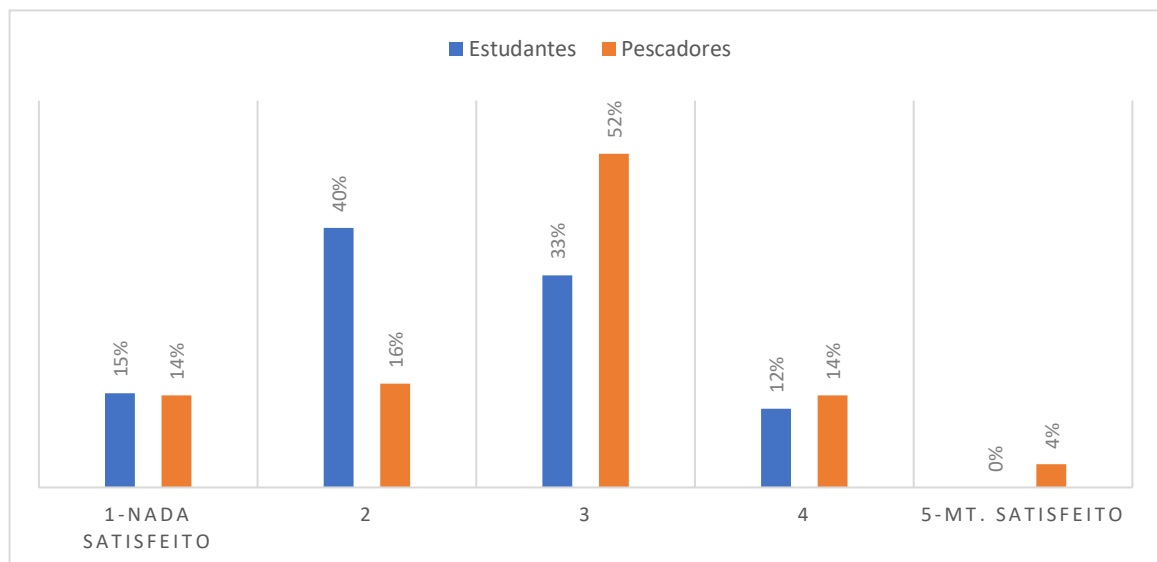
Cerca de 70% dos estudantes afirma que é importante os impostos para a vida em sociedade, 20% responde “3” nem acha pouco nem muito importante, e apenas 10% não considera que os impostos são importantes.

Mais de metade, 53% dos pescadores considera os impostos de elevada importância para a vida em comunidade. 27%, “3” nem acha pouco nem muito importante, e os restantes 20% não acha relevante a cobrança de impostos.

Com base nos resultados, é visível que pelo menos 50% das respostas dos inquiridos das duas amostras são de acordo com a cobrança de impostos, verificando-se especial sensibilidade nos estudantes.

II.4.2.7. CLASSIFIQUE A ATUAÇÃO DO ESTADO NA GESTÃO DOS IMPOSTOS?

Gráfico II-12 - Gestão do Estado na cobrança?



Fonte: Própria

Outra questão presente é a opinião relativamente a atuação do Estado na gestão dos impostos, e as respostas dos inquiridos em termos médios ficaram abaixo da média, ou seja, os estudantes tiveram de média 2,43, e os pescadores 2,77. A escala apresentada varia entre o “nada satisfeito” e o “muito satisfeito”.

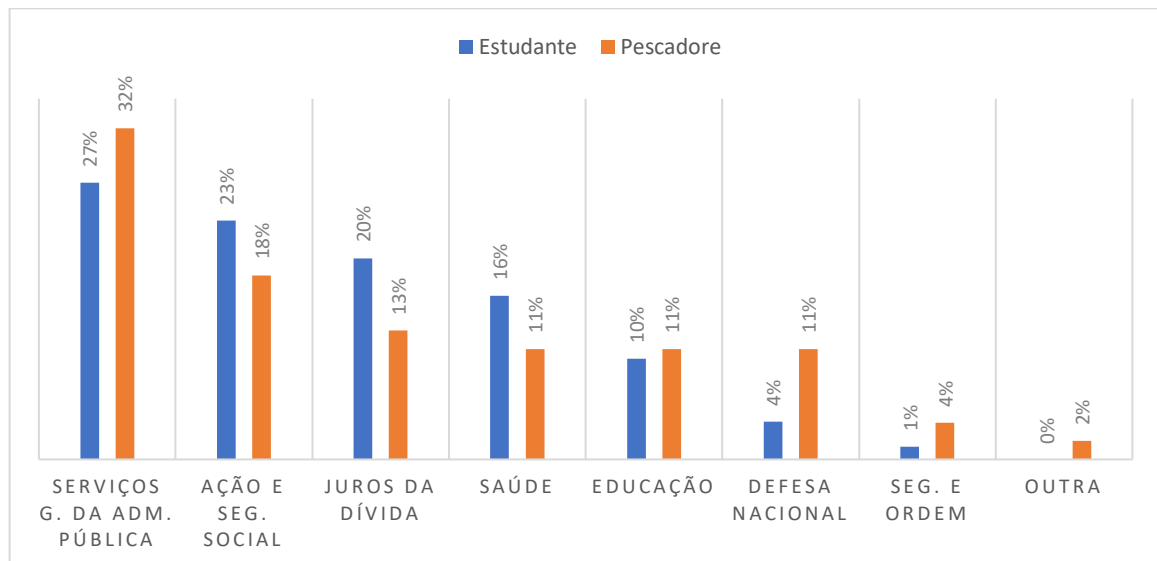
Mais de 50% dos estudantes responderam que estão “nada satisfeitos ou pouco satisfeitos”, 33% afirmam estarem “satisfeitos”, de salientar a posição relativamente a “muito satisfeitos” em que nenhum dos inquiridos respondeu.

Metade dos pescadores responderam “satisfeito” com a gestão do Estado relativamente aos impostos, 4% responderam estarem “muito satisfeitos”. 30% dos pescadores não está satisfeito com a política do Executivo na matéria de gestão de impostos.

As perceções aqui verificadas permitem tirar conclusões que quem está no mercado de trabalho, nomeadamente os pescadores, tem uma opinião mais favorável à atuação do Estado, no que concerne à gestão dos impostos. Existe uma dispersão de resposta menos tendencial em ambas as amostras.

II.4.2.8. QUAL A ÁREA DO ESTADO QUE OBSORVE MAIS IMPOSTOS?

Gráfico II-13 - Área que absorve mais impostos?



Fonte: Própria

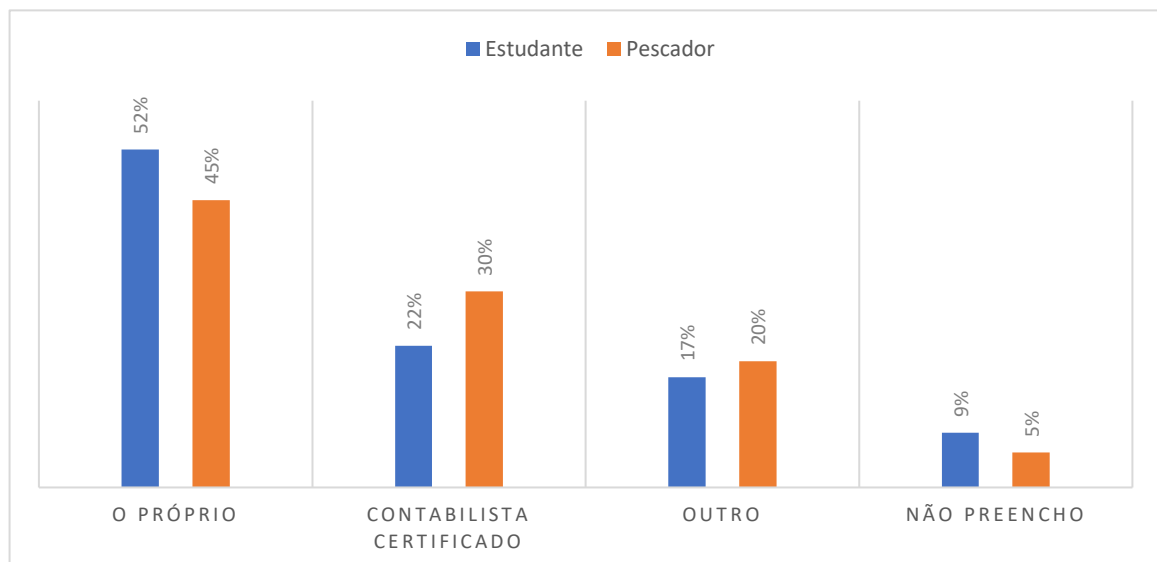
Foi solicitado os inquiridos que, de acordo com as suas convicções e informações disponíveis, identificassem qual a área do de atuação do Estado que mais impostos absorve. Foram consideradas 7 grandes áreas de possível resposta, e apenas uma de possível escolha. A resposta considerada certa é juros da dívida, com valores a rondar os € 8.4 mil milhões³⁰.

Apenas 20% dos estudantes afirma que a resposta correta é “juros da dívida”, enquanto que, a maioria das respostas vai para a rubrica “serviço gerais da administração pública”, as restantes respostas são pelas restantes rubricas, apenas “outros” não teve qualquer resposta.

A resposta considera correta teve 13% das opções por parte dos inquiridos pescadores. A maioria das repostas incidiu essencialmente sobre os “serviços gerais da administração pública”.

A maioria dos inquiridos não respondeu de forma assertiva, e ambas as amostras tiveram maior incidência na rubrica “serviço gerais da administração pública”.

³⁰ Dados Pordata, 2016

II.4.2.9. QUEM PREENCHE A SUA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS (IRS)?**Gráfico II-14 - Quem preenche a decl. de IRS?**

Fonte: Própria

Relativamente ao preenchimento da declaração de IRS, os inquiridos dispõem de quatro opções de resposta única e obrigatória, “contabilista certificado, o próprio, outro ou não preenche”.

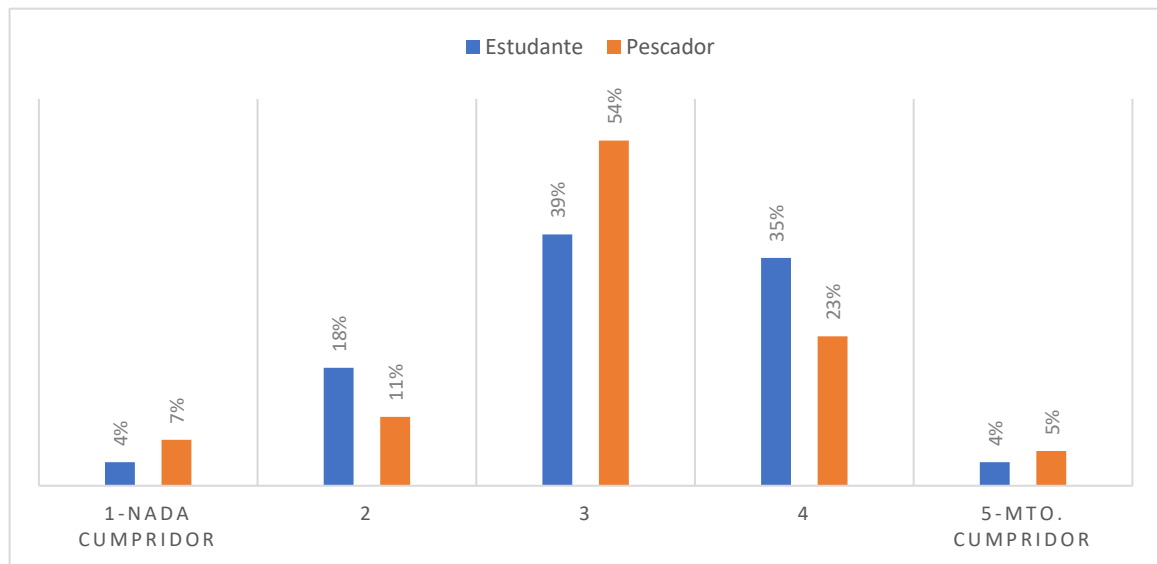
Os estudantes, na sua maioria, cerca de 52% responderam que eram eles próprios a preencher e a submeter a declaração de rendimentos, 9% não preenche declaração de IRS, e os restantes entregam o preenchimento a terceiros.

Os pescadores, 5% não preenchem a declaração, 50% delega a terceiros o preenchimento e os restantes 45% preenchem eles próprios o IRS.

Atualmente o envio da declaração de rendimentos é realizada de forma simplista e intuitiva, o que facilita a submissão pelo próprio e pela internet, pelo que os estudantes, aparentemente, têm maior facilidade por estarem mais familiarizados com a internet.

II.4.2.10. CONSIDERA O CONTRIBUINTE PORTUGUÊS CUMPRIDOR?

Gráfico II-15 - Contribuinte cumpridor?



Fonte: Própria

Esta questão permite avaliar se o inquirido, considera o contribuinte português cumpridor. Existem cinco opções de escolha desde o “nada cumpridor ao muito cumpridor”. As respostas dos estudantes em termos médios situam-se nos 3,17, enquanto os pescadores situam-se nos 3,09, próximos, portanto.

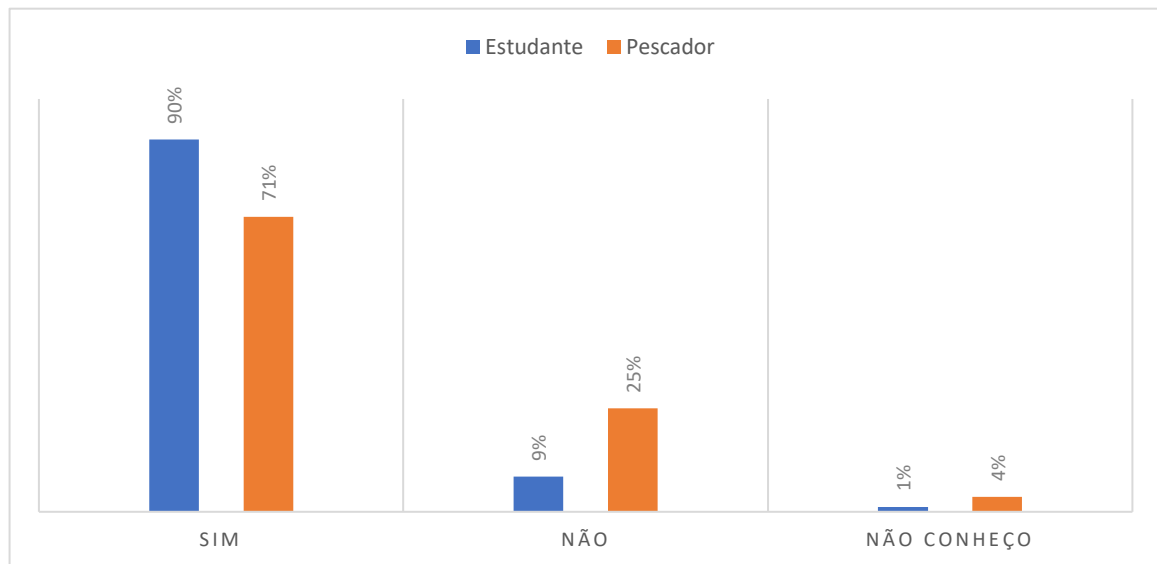
Relativamente aos estudantes, 4% respondem que consideram os portugueses “nada cumpridores” e também 4% respondem que são “muito cumpridores”, os restantes 92% estão dispersos pelas outras opções, onde 35% refere que são “relativamente cumpridores”.

Uma pequena franja dos pescadores, cerca de 5% considera os portugueses como “muito cumpridores”, 7% “nada cumpridores” e 54%, ou seja, mais de metade acha que os cidadãos portugueses cumprem as obrigações fiscais.

Após estes dados, verifica-se que os pescadores têm uma perceção diferente dos estudantes no que respeita à prática de cumprir com as obrigações fiscais.

II.4.2.11. EM 2017 ACEDEU AO PORTAL DAS FINANÇAS?

Gráfico II-16 - Acedeu ao Portal das Finanças?



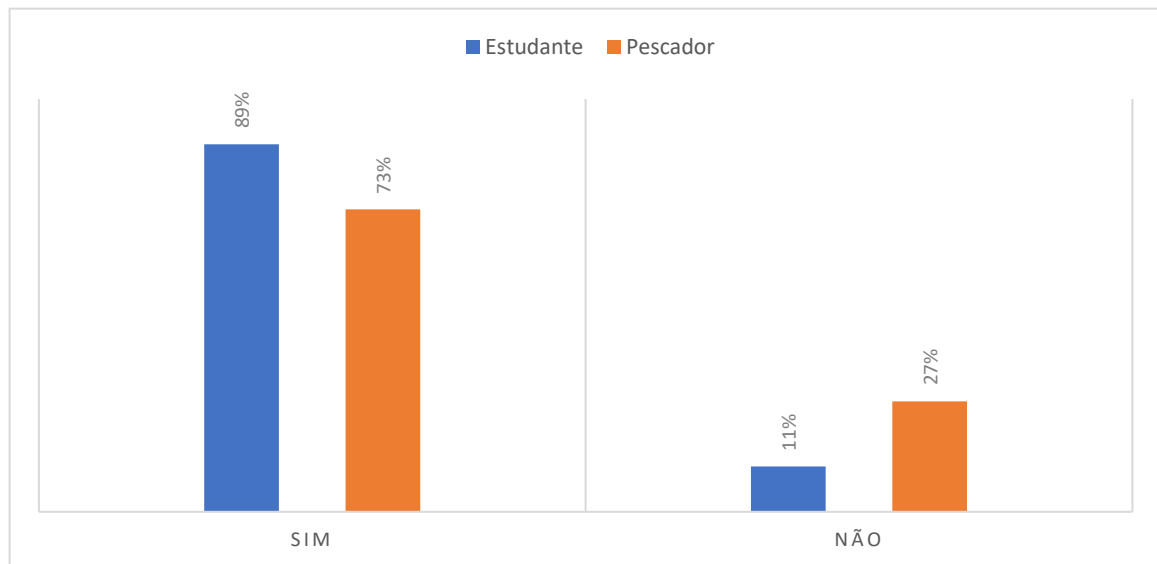
Fonte: Própria

Esta questão permite evidenciar se existe ou não relação entre os inquiridos na comunicação para com a AT por via do portal das finanças. Existem três opções de escolha, “sim, não, e não conheço” e apenas uma pode ser selecionada.

Cerca de 90% dos estudantes respondeu afirmativamente que acedeu ao portal das finanças em 2017, apenas 1% não conhece e 9% afirma que não acedeu à plataforma online.

Já no caso dos pescadores, 71% responde que acedeu ao portal, 25% diz que não acedeu, e 4% não conhece a plataforma disponibilizada pela AT.

Verifica-se que, uma parte substancial da amostra mantém contato com a Administração Tributária através do portal das finanças.

II.4.2.12. SOLICITA FATURAS COM NÚMERO DE CONTRIBUINTE?**Gráfico II-17 - Solicita faturas com NIF?**

Fonte: Própria

Afim de obter benefício em sede de IRS, os contribuintes são aconselhados a solicitar faturas ou documentos equivalentes com o NIF. Nesta questão os inquiridos têm duas opções de escolha o “sim”, ou “não”.

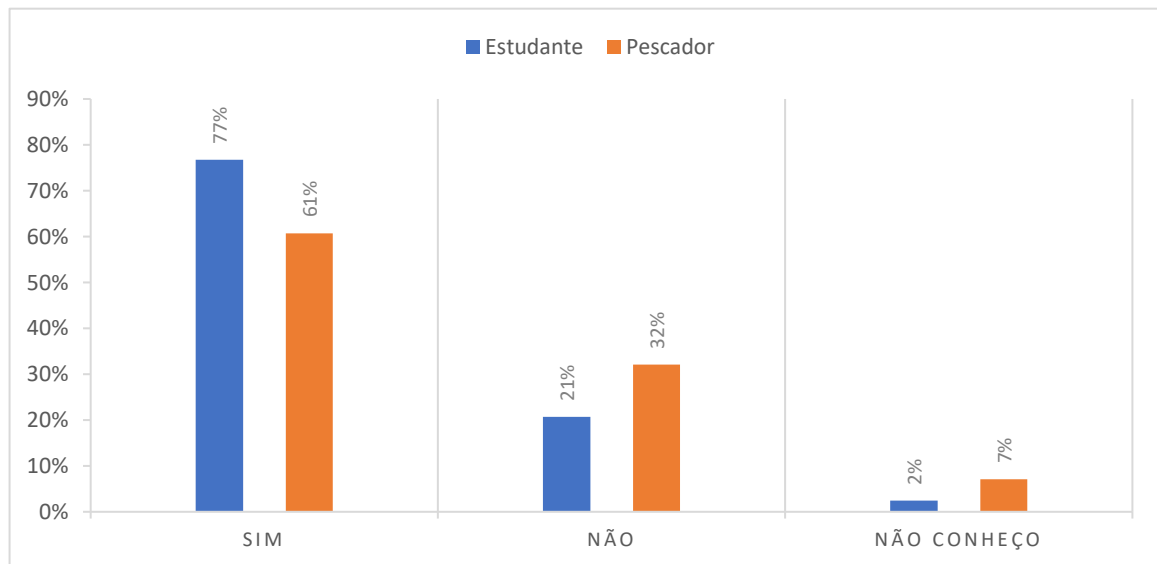
Em relação aos estudantes, 89% responderam afirmativamente que solicitam fatura com NIF, os restantes 11% referem que não pedem faturam com o NIF do consumidor.

Cerca de 73% dos pescadores inquiridos responderam afirmativamente, e os restantes não solicitam o documento com NIF.

De forma geral ambas as amostras solicitam documentos com NIF, estando minimamente informados dos benefícios associados.

II.4.2.13. VALIDA AS SUAS FATURAS NO PORTAL "E-FATURA"?

Gráfico II-18 - Valida as faturas no e-Fatura?



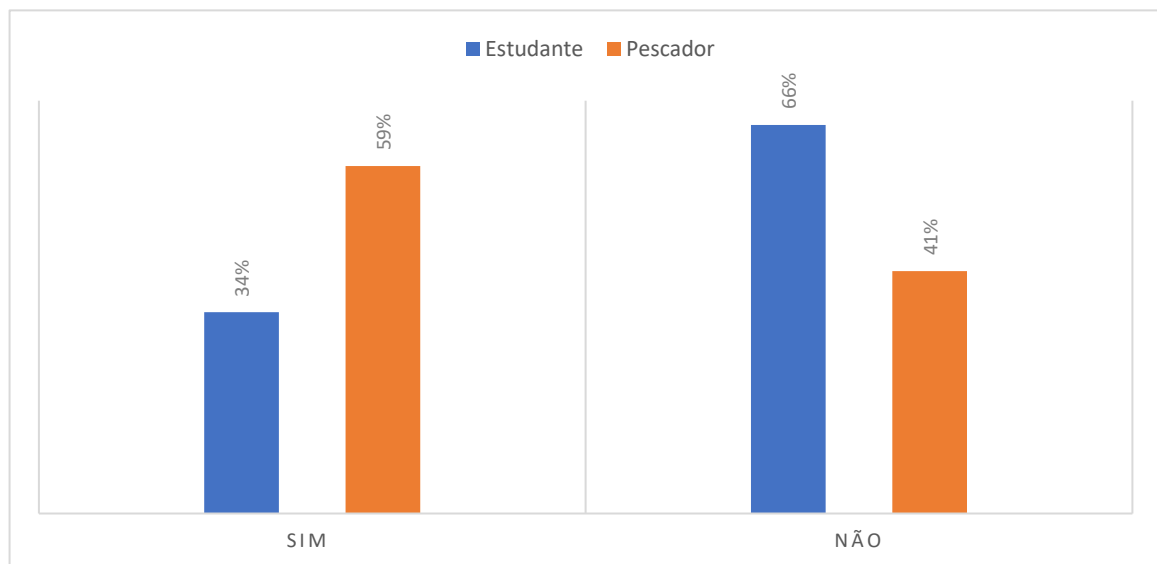
Fonte: Própria

As faturas solicitadas com NIF, em muitos dos casos têm de ser validadas de forma individual e manual no sistema e-Fatura para que sejam seleccionadas nos setores corretos. Se a fatura ficar “pendente”, poderá não ser atribuído o respetivo valor em benefício. Existe assim uma necessidade de acompanhar o processo várias vezes por ano afim de manter o sistema atualizado.

Cerca de 77% dos inquiridos estudantes fazem esta verificação, ficando com o referido benefício. Apenas 2% afirmam que não conhecem o sistema de validar faturas.

Por comparação, 62% dos pescadores afirmam que procedem à validação, apenas 7% não conhecem e 32% não valida. Em termos práticos 39% dos pescadores inquiridos pode ver o seu benefício não atribuído.

A validação é fundamental para a obtenção do benefício em sede de IRS, pelo que a maioria dos inquiridos de ambas as amostras demonstra que faz a verificação.

II.4.2.14. EM 2017 DESLOCOU-SE AO SERVIÇO DE FINANÇAS LOCAL?**Gráfico II-19 - Deslocou-se ao serviço de finanças locais?**

Fonte: Própria

O serviço local de finanças, paralelamente com o portal das finanças são a primeira ponte entre a Administração Tributária e Aduaneira e os cidadãos e empresas. Desta forma é interessante verificar se existe deslocação por parte de cidadão ao serviço local para comunicar com a AT. A utilização do portal está em crescimento, sendo aceitável que as deslocações tendencialmente venham a reduzir.

Os estudantes, têm tendência a utilizar as tecnologias da informação, nomeadamente a internet, como mostra o gráfico anterior. Assim apenas 34% dos estudantes recorreram ao serviço local de finanças.

Relativamente aos inquiridos pescadores, 59% afirmam que sentiram necessidade de deslocar-se ao serviço de finanças de forma presencial.

As novas tendências são os sistemas informáticos permitirem que o cidadão e as empresas obtenham a informação que necessitem, sem terem de sair de casa. Os documentos estão disponíveis a qualquer hora do dia, facilitando assim a relação com a Administração.

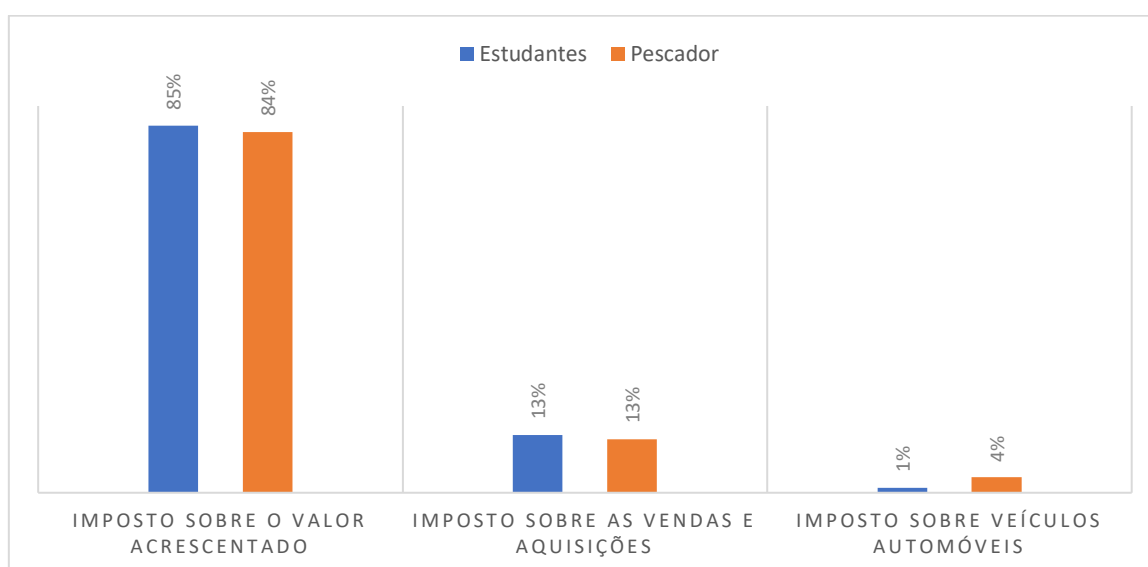
II.4.3. PERCEÇÃO SOBRE OS IMPOSTOS

Este subcapítulo permite identificar a percepção relativamente aos principais impostos do sistema fiscal português por parte dos estudantes e dos pescadores.

De seguida são analisadas as respostas às questões do inquérito que visam identificar o nome das siglas ou acrónimos dos principais impostos portugueses. Cada pergunta obedece a uma só resposta correta previamente facultada.

II.4.3.1. O QUE ENTENDE POR IVA?

Gráfico II-20 - O que entende por IVA?



Fonte: Própria

Foi solicitado aos inquiridos que identificassem através das opções facultadas, qual a definição exata para a sigla do imposto sobre o valor acrescentado.

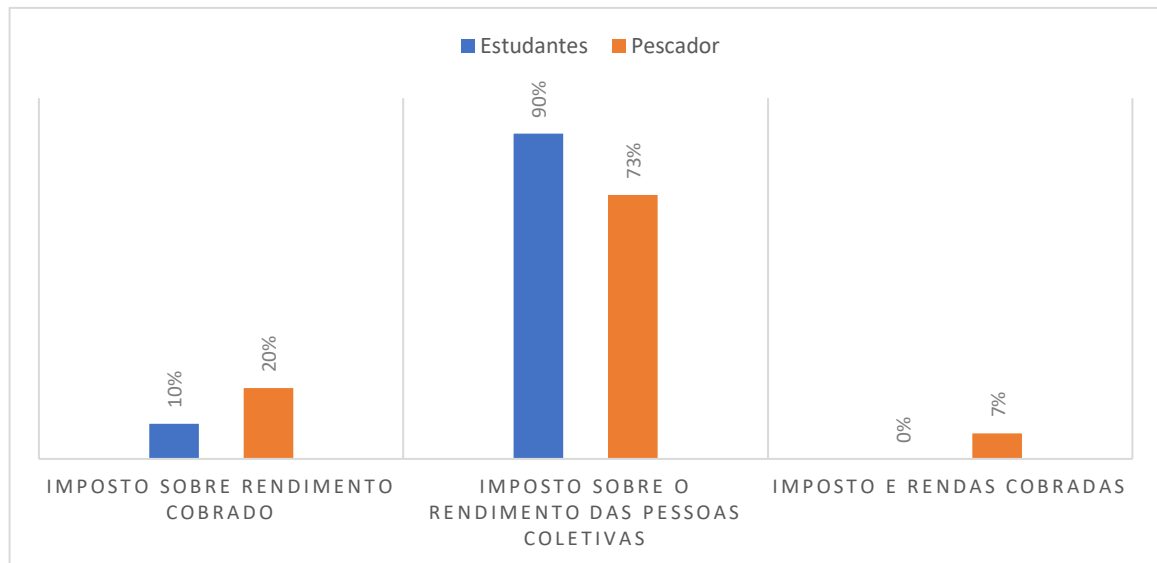
Relativamente às respostas o que se entende por IVA, 85% dos estudantes responderam corretamente à questão, enquanto 13% respondeu “imposto sobre as vendas e aquisições”, os restantes 1% afirma que IVA é “imposto sobre veículos automóveis”.

Os pescadores, 84% respondem corretamente, os restantes não acertaram na opção apropriada, destes 13% afirma que o IVA é “imposto sobre as vendas e aquisições”, e 4% refere que é um “imposto relativo a veículos automóveis”.

Ambas as amostras perante este imposto, tiveram respostas idênticas, tendo a maioria respondido corretamente.

II.4.3.2. O QUE ENTENDE POR IRC?

Gráfico II-21 - O que entende por IRC?



Fonte: Própria

Relativamente ao IRC, imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, existem três opções, para além da correta existia como possível opção “imposto sobre o rendimento cobrado” e “imposto e rendas cobradas”.

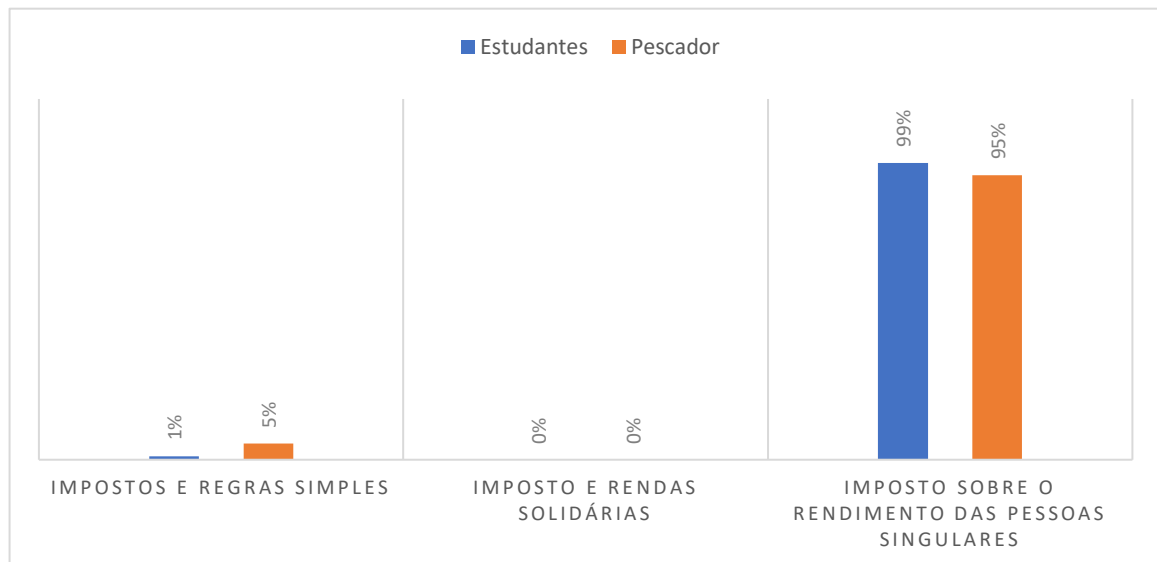
Nesta sigla, 90% dos estudantes escolheram a opção correta, e os restantes 10% selecionaram a opção “imposto sobre o rendimento cobrado”, não se verificou qualquer outra hipótese.

Dos inquiridos pescadores, 73% afirmaram conhecer e saber o que significa a sigla, 7% diz que é “imposto e rendas cobradas”, e os restantes 20% erradamente escolheram a opção “imposto sobre o rendimento cobrado”.

Os inquiridos maioritariamente sabem o que significa o termo IRC, independente de serem estudantes ou pescadores.

II.4.3.3. O QUE ENTENDE POR IRS?

Gráfico II-22 - O que entende por IRS?



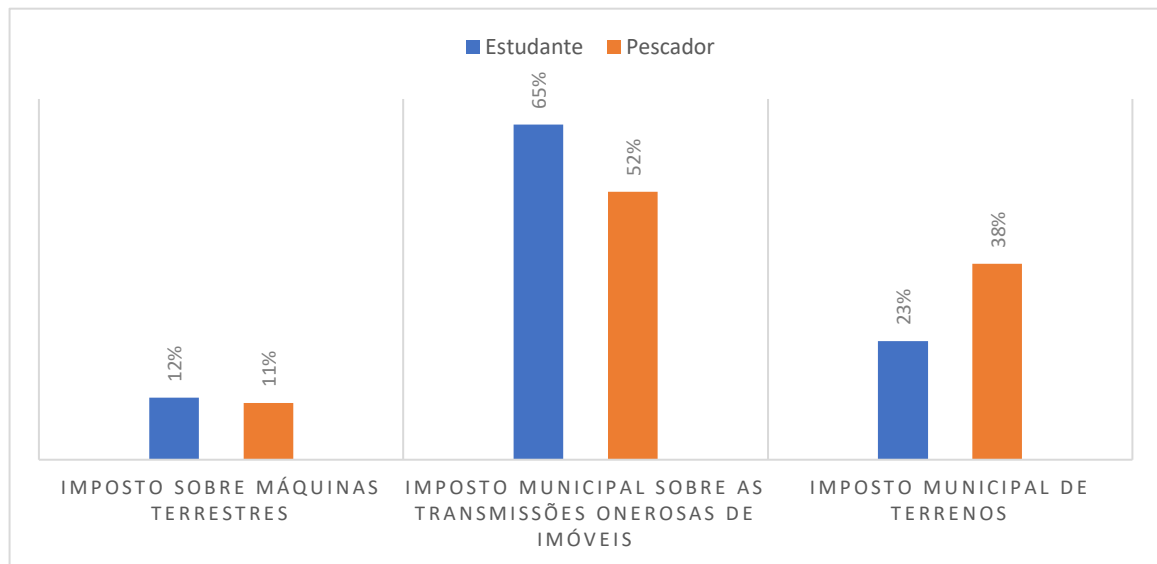
Fonte: Própria

A sigla IRS, talvez a mais conhecida, corresponde ao imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, também nesta questão foram consideradas mais duas opções, “imposto e regras simples” e “imposto e rendas solidárias”.

A quase totalidade dos estudantes respondeu corretamente à questão, apenas 1% responde erradamente “imposto e regras simples”.

Os pescadores respondem de forma acertada, com valores na ordem dos 95%, apenas 5% afirma que o IRS é “imposto e regras simples”.

De salientar que este imposto é o que obteve maior taxa de resposta corretas, talvez por ser um imposto transversal a todos os elementos da amostra.

II.4.3.4. O QUE ENTENDE POR IMT?**Gráfico II-23 - O que entende por IMT?**

Fonte: Própria

IMT, sigla de “imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imoveis”, é um imposto considerado indireto e incide sobre o património. Esta questão presente no inquérito distribuído possibilitava a opção “imposto sobre máquinas terrestres” e “imposto municipal de terrenos”.

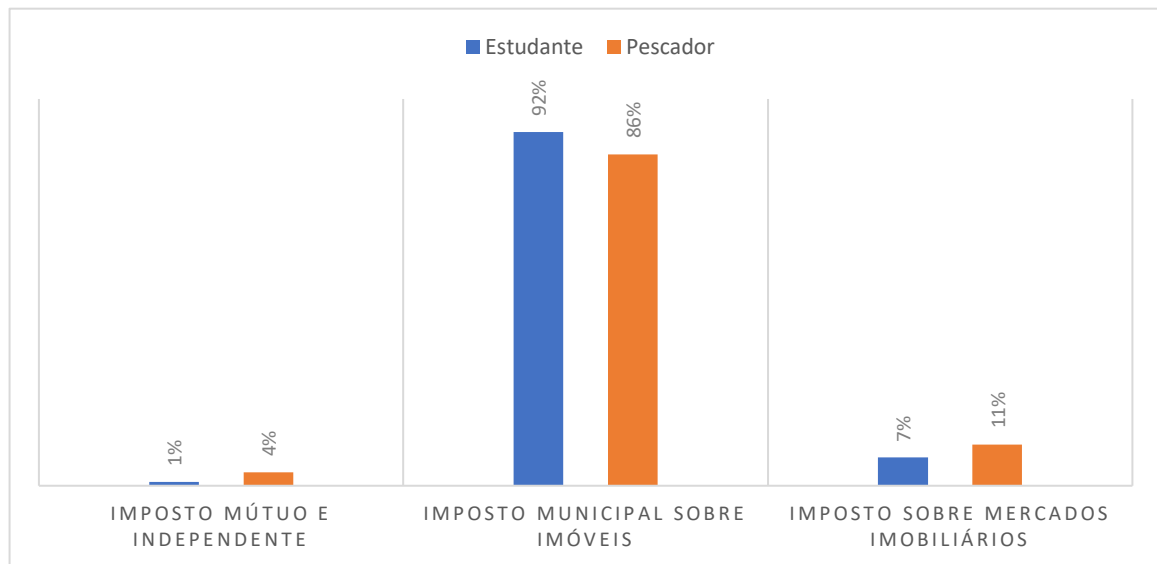
Nesta questão, 65% dos estudantes são conhecedores da real definição deste imposto, 12% incorretamente afirma que é “imposto sobre máquinas terrestres”, e os restantes 23% também de forma não assertiva respondem “imposto municipal de terrenos”.

Já os pescadores, 52%, pouco mais da metade tem sucesso na opção selecionada, 38% afirmam que o IMT corresponde a “imposto municipal de terrenos”, e os restantes 11% de forma equivocada selecionaram a opção “imposto sobre máquinas terrestres”.

Nesta questão, as respostas apesar de maioritariamente terem sido corretas, verifica-se que existe alguma incerteza da amostra na definição deste imposto.

II.4.3.5. O QUE ENTENDE POR IMI?

Gráfico II-24 - O que entende por IMI?



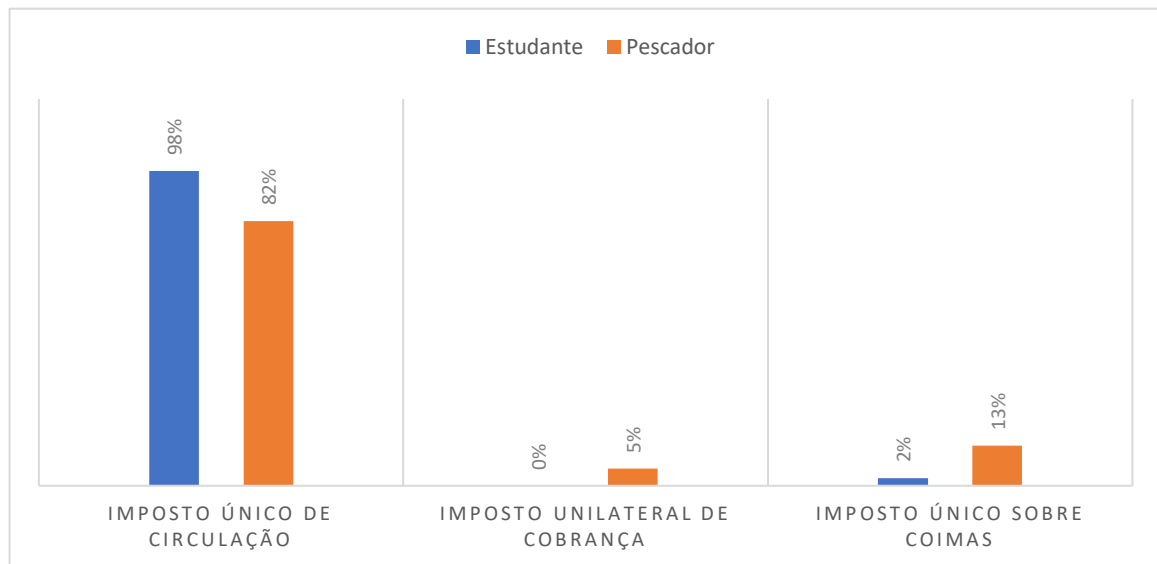
Fonte: Própria

O IMI, imposto municipal sobre imóveis, é caracterizado por ser um imposto indireto que incide sobre o património. As opções presentes para além da correta são “imposto sobre mercados imobiliários” e “imposto mútuo e independente”.

Relativamente aos estudantes, 92% nesta questão responderam corretamente, 8% não escolheram a opção apropriada, e destes 8%, apenas 1% afirma que IMI é um “imposto mútuo e independente”, e os restantes 7% diz que é “imposto sobre mercados imobiliários”.

Dos pescadores inquiridos, 86% afirma saber o que é o IMI, 11% seleciona a opção “imposto sobre mercados imobiliários”, e os restantes 4% diz que é “imposto mútuo e independente”.

Nesta questão é visível que em traços gerais os inquiridos sabem o que representa o acrónimo IMI, uma vez que os valores encontram-se próximos dos 100%.

II.4.3.6. O QUE ENTENDE POR IUC?**Gráfico II-25 - O que entende por IUC?**

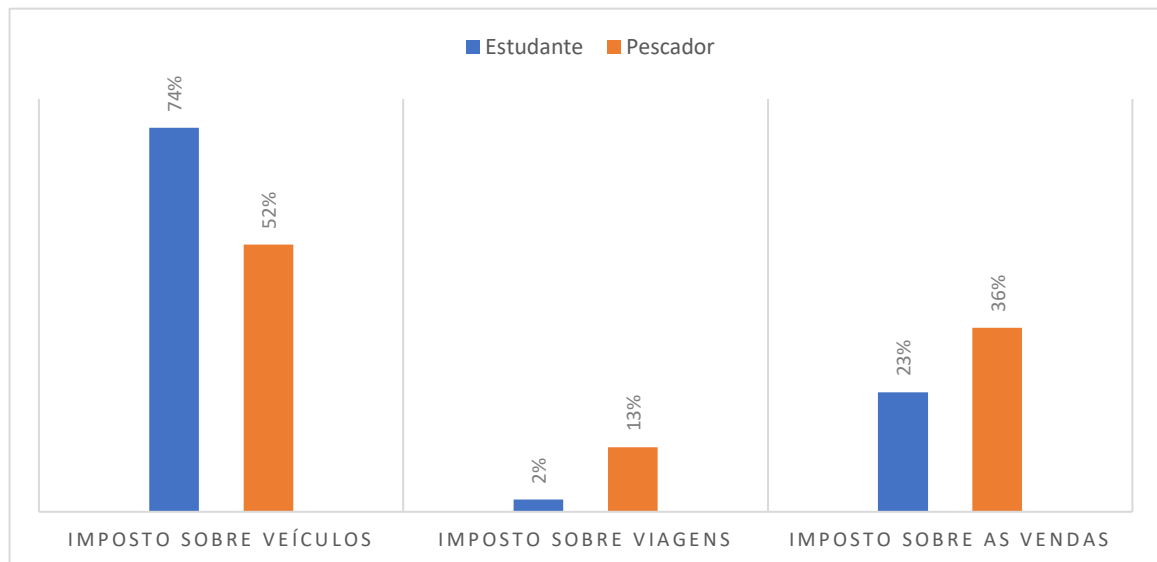
Fonte: Própria

O IUC, imposto único de circulação, é um imposto que incide sobre os veículos matriculados. Nesta questão foram consideradas três opções, uma correta e duas não corretas para escolha dos inquiridos.

Perto de 100% das respostas dos estudantes foram na opção correta, mais concretamente 98% dos inquiridos estudantes, escolheram a opção “imposto único de circulação”. Os restantes 2% selecionaram a opção “imposto único sobre coimas”. De salientar que a outra hipótese de escolha não teve recetividade por parte da comunidade estudantil.

Da totalidade da classe piscatória, 82% responde corretamente, e os restantes inquiridos dividem-se, 5% considera o “imposto unilateral de cobrança”, e 13% diz ser “imposto único sobre coimas”.

Perante tais resultados, verifica-se que os inquiridos maioritariamente sabem a designação de IUC.

II.4.3.7. O QUE ENTENDE POR ISV?**Gráfico II-26 - O que entende por ISV?**

Fonte: Própria

ISV é talvez um dos impostos menos conhecidos, mas de importância para a obtenção de receita. É um imposto que incide sobre o fabrico, montagem, admissão ou importação de veículos sujeitos a tributação em território nacional e que estejam obrigados à matrícula em Portugal. As opções adicionadas não corretas são “imposto sobre vendas” e “imposto sobre viagens”.

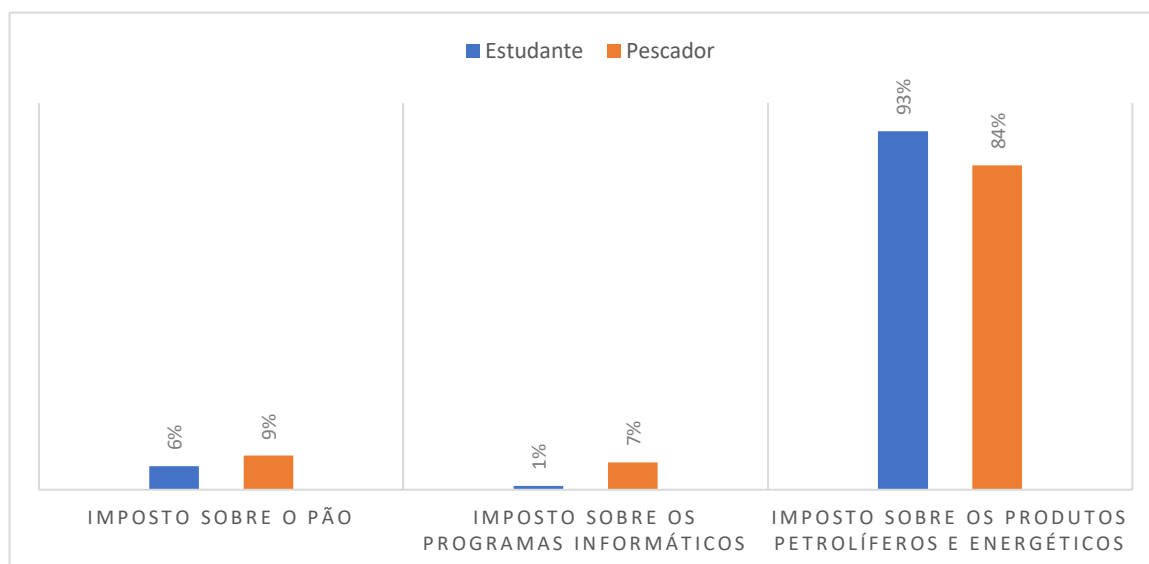
Do total da comunidade estudantil, 74% seleciona a opção correta, 2% opta pela opção “imposto sobre viagens” e os restantes 23% de forma não assertiva seleciona a opção “imposto sobre vendas”.

Mais de metade, ou seja, 52% dos pescadores responde corretamente, 36% escolhe a opção “imposto sobre vendas” e a opção “imposto sobre viagens” foi escolhida por 13% dos pescadores de Peniche.

Nesta questão existe uma variação mais acentuada entre as amostras, tendo mais estudantes acertado que opção correta.

II.4.3.8. O QUE ENTENDE POR ISP?

Gráfico II-27 - O que entende por ISP?



Fonte: Própria

O ISP é também um tipo de imposto que por vezes não é muito divulgado na comunicação social, apenas há maior referência do mesmo quando há variações nos preços dos combustíveis. Aplica-se a toda a gasolina e gasóleo, bem como ao gás propano e butano, petróleo e GPL³¹, que se destinem a venda ou consumo. As opções consideradas como escolha são “imposto sobre o pão”, “imposto sobre os programas informáticos” e a opção correta.

Cerca de 93% dos estudantes responderam de forma assertiva à questão, 6% afirma que ISP é “imposto sobre o pão”, e os restantes 1% afirma que é “imposto sobre os programas informáticos”.

Do total da amostra, 84% dos pescadores sabe o que é a sigla ISP, 7% de forma errada selecionaram “imposto sobre os programas informáticos” e os restantes 9% afirma que se trata de um “imposto sobre o pão”.

Parece evidente que de forma geral os inquiridos sabem o que quer dizer ISP, independentemente de este ser um dos impostos menos conhecidos.

³¹ GPL - Gás de Petróleo Liquefeito

CONCLUSÃO

A literacia traduz-se na capacidade de usar a leitura e a escrita como forma de adquirir conhecimentos, desenvolver as próprias potencialidades e participar ativamente na sociedade, o que permite uma maior perceção de determinados temas. A literacia fiscal está subordinada ao tema fiscal, que devido à complexidade do tema, é importante que esta seja entendida pela população portuguesa.

São muitos os países que adotam programas de educação fiscal com o objetivo de minimizarem o incumprimento fiscal por parte dos contribuintes. Ao criarem estes programas, estes países permitem que a relação existente entre a Administração Tributária e os cidadãos seja melhorada e bidirecional. Os programas implementados assumem estratégias diferentes e resultados também diferenciados, pois dependem de vários fatores, como culturais, sociais, económicos, tecnológicos, entre outros. Desta forma é previsível que os resultados por vezes tardam ou não assumem os objetivos pretendidos, mas como foi explicado anteriormente, há países que abandonam determinadas metodologias e adotam outras diferentes. Os que melhor aplicarem os seus programas educacionais, certamente terão cidadãos mais instruídos fiscalmente e cumpridores das suas obrigações tributárias.

Este estudo em particular, visa essencialmente avaliar e analisar a perceção das duas amostras, estudantes do ensino superior e os pescadores de Peniche, sobre os fatores que afetam o conhecimento fiscal, mais concretamente os fatores relacionados com a educação fiscal. Partindo do princípio que os estudantes, tendo em conta o modelo de ensino atual, têm um acesso facilitado à informação, estão permanentemente rodeados de ambiente estudantil, facilidade de comunicação, por analogia aos pescadores que, devido às suas tarefas e condições laborais são potencialmente privados de informação, por norma e hipoteticamente menos instruídos no contexto fiscal, este estudo vem reforçar se existe diferenças significativas entre as amostras. É ainda expetável através dos resultados, analisar se o ensino nas premissas atuais, é suficiente para munir os estudantes de conhecimentos fiscais, contribuindo para uma sociedade mais cumpridora.

No entanto e como em todos os estudos, existem limitações, e neste em concreto reside no nível de participação dos estudantes e dos pescadores. De fato a amostra considerada é superior a 5% como refere Matalon & Ghiglione para evidenciar

relações, mesmo que ténues, é visível através dos números da amostra que, em particular os estudantes, o nível de participação ficou um pouco aquém do desejado.

Em termos gerais, este estudo permite evidenciar que não existem diferenças relevantes entre as duas amostras estudadas, o que permite concluir também que, a ausência de um modelo de educação fiscal em Portugal acentua ainda mais esta conclusão.

De acordo com os resultados obtidos e analisados, é visível que relativamente ao subtema presente no inquérito “perceção dos conhecimentos fiscais” em termos gerais, ressaltando algumas questões, os resultados não evidenciam grande discrepância. No subtema “perceção sobre os impostos” também explicado individualmente no estudo, os resultados obtidos das duas amostras estão equilibrados, verificando-se algumas divergências nas perceções, mas que não influenciam a conclusão final. Os resultados observados de forma mais pormenorizadamente, permitem obter a conclusão que, independentemente da idade, do sexo, ou habilitações, existem respostas que demonstram a não perceção dos impostos. Como exemplo, o ISP (imposto sobre produtos petrolíferos), que está implícito nos combustíveis, que por sua vez são essenciais à vida em sociedade e quotidiana, obteve respostas, como impostos sobre o pão, ou imposto sobre programas informáticos.

Através das questões “Qual a finalidade da cobrança de impostos?”, “Considera importante a cobrança de impostos em sociedade?”, ou “Como classifica a gestão do Estado na cobrança de impostos?” permite analisar de forma mais objetiva e concreta, o nível de perceção da importância dos impostos na sociedade. Estes dados estatísticos mostram que, apesar de os resultados médios estarem “corretos”, há uma pequena franja que desconhece, ou não tem a real perceção da sua importância.

Pode-se assim concluir que, primeiramente as duas amostras apresentaram resultados idênticos, verificando-se pontualmente divergências nas respostas, mas na sua essência vêm corroborar que o modelo de ensino implementado atualmente em Portugal, restringe os conhecimentos fiscais, limita as perceções, pelo que devem de ser adotadas medidas no sentido de criar programas de educação fiscal no ensino português.

Pelo facto de os fatores sociais e culturais serem fatores que influenciam as atitudes e comportamentos dos cidadãos e estes fatores serem lentos a produzir os efeitos desejados, torna-se evidente, perante os resultados obtidos, sugerir que devem ser criados programas de educação fiscal em Portugal, com introdução de conteúdos escolares no ensino primário e básico, de forma a criar condições de aprendizagem aos futuros contribuintes, tornando-os cidadãos responsáveis e conscientes do dever de contribuir, a par dos restantes deveres de cidadania. Também os ensinamentos secundários e mesmo universitário, devem ser reformulados e objeto de estudo, por forma a serem introduzidos conteúdos relacionados com a temática fiscal, contribuindo para o enriquecimento destes cidadãos.

Neste sentido, todas as instituições, nomeadamente as que possuem capacidade de decidir e avaliar o ensino português, devem em parceria com a Administração Tributária e Aduaneira, criar programas e modelos escolares capazes de instruir e valorizar os seus destinatários, no âmbito fiscal e ainda fomentar uma relação saudável entre os todos cidadãos portugueses, nomeadamente os mais jovens.

Se os programas de educação fiscal, implementados como noutros países de referência, nomeadamente os nórdicos e em concreto os EUA, fossem concretizados em Portugal, o nosso futuro em termos de conhecimentos e perceção fiscal, seria mais maduro. Os planos existentes em Portugal, por analogia a outros países estão desatualizados e requerem uma nova abordagem de perspetiva. Estes planos demoram a ser implementados e demoram ainda mais a colher os seus frutos, pelo que devem ser aplicados o quanto antes.

Neste pequeno estudo, tendo em conta os resultados das amostras, verifica-se que o sistema de ensino está “desatualizado” no que concerne à temática fiscal, e como perspetiva de futuro, seria interessante a realização de um estudo mais abrangente, com uma amostra de maior dimensão, por forma a evidenciar resultados mais fidedignos e capazes de definir uma estratégia de educação fiscal.

Portugal tem um longo caminho a percorrer no que concerne ao tema educação, nomeadamente à educação fiscal, pelo que é de enorme importância criar bases sólidas capazes de contrariar os resultados apresentados ao longo deste inquérito. A perceção relativa ao tema impostos tem de estar implícita em todos os portugueses, estes têm de ser capazes de perceber a importância deste tema numa sociedade moderna. Todos sem exceção têm um papel preponderante neste caminho, e juntos,

com todas as Instituições tornaremos uma sociedade mais justa, qualitativa, reconhecedora da importância do peso dos impostos na vida de um país.

Um sistema fiscal justo, é um sistema capaz de fazer um país evoluir, e em suma a questão da percepção e importância assume um papel de destaque.

A educação é a pedra basilar de uma democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allport, F. H. (1920). *Psicologia Social*. Psychological Bulletin.
- Azevedo, F. (2015). *Educar para a literacia: perspectivas e desafios*.
- Barbalet, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Estampa.
- Braithwaite, V. (2002). *Dancing with Tax Authorities: Motival Postures and Non-Compliant Actions*. Ashgate Publishing Ltd.
- Delgado, M. L. (2013). *La Educación Fiscal Como Instrumento de Lucha Contra El Fraude Y La Evasión Fiscal*. Porto: Vida Economica - Editorial S.A.
- Educação, M. d. (2008). *Fórum Educação e Cidadania*. Obtido de http://www.drealg.min-edu.pt/upload/docs/dsapoe_FECidadaniaSP.pdf
- Educação, M. d. (27 de 11 de 2017). *Direção-Geral da Educação*. Obtido de <http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania#>
- Erich Kirchler, E. H. (4 de 2008). *Enforced versus voluntary tax compliance: The “slippery slope” framework*. Obtido de Journal of Economic Psychology: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S016748700700044X>
- Finanças, A. T.–M. (2015). *Plano Estratégico 2015-2019*. Lisboa. Obtido de http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/B4BA95B3-91F7-4AE6-B01A-88337E6C3152/0/Plano_Estrategico_AT_2015_2019.pdf
- Finanças, M. d. (2015). <https://www.portugal.gov.pt/media/2621228/20150114-orcamento-cidadao-2015.pdf>. Obtido de Orçamento Cidadão: <https://www.portugal.gov.pt/media/2621228/20150114-orcamento-cidadao-2015.pdf>
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Grzybovski. (2006). *Educação fiscal: Premissa para Melhor Percepção da*. Obtido de Revista de Administração Pública: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000500005&lng=pt&tlng=pt

- Grzybovski, D., & Hahn, T. G. (2005). Obtido em 01 de 10 de 2017, de Educação Fiscal: Premissa para melhor percepção da questão Tributária: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a05v40n5.pdf>
- Lobo, M. L. (2001). *Sociologia Y Psicología Fiscales, la Cultura. XXI Curso de Instituciones y Tecnicas Tributárias*. Madrid: Instituto de Estudios Fiscales.
- Lobo, M. L., Paramio, M. F., Verdugo, García, A. M., García, M. L., & Muñío, C. R. (2005). *La Educación Fiscal*. Documentos do Instituto de Estudios.
- Lopes, C. M. (2008). *Quanto custa pagar impostos em Portugal?* Edições Almedina.
- Marques, A. C. (2015). As Finanças Públicas e a Cidadania e a Educação fiscal. *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, 51-62.
- Matalon, B., & Ghiglione, R. (1993). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- Miranda, J. (2004). *Manual do Direito Constitucional* (5ª ed.). Coimbra: Coimbra.
- Nabais, J. C. (2008). Reflexões sobre quem paga a conta do estado social. (p. 421). *Ciência e Técnica Fiscal*.
- Ogle, D. (2002). Education.
- Palma, C., & Pita, M. (2015). Para uma Política de Educação e Cidadania Fiscal. *Revista de Finanças Públicas E Direito Fiscal*, 8, 29-62.
- Paramio, M. L., & Lobo, M. F. (2005). *La Educación Fiscal en España (DOC. No 29/05)*. Documentos do Instituto de Estudios.
- Pereira, M. H. (2009). *Fiscalidade* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.
- Pereira, M. H. (2011). *Fiscalidade*. Coimbra: Almedina.
- Portugal, G. d. (2015). *Plano Estratégico: Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras para o triénio 2015-2017*. Obtido de www.portugal.gov.pt
- Pública, M. d. (2010). *Combate à Fraude e Evasão Fiscais de 2010 - Relatório de Actividades Desenvolvidas*. Obtido em 25 de 12 de 2017, de <http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/2B68EBF3-2301-48C0->
- Reis, F. L. (2010). *Como Elaborar uma Dissertação de Mestrado Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.

- Ribeiro, M. d., & Paludetto, N. (2013). *A busca da cidadania fiscal no desenvolvimento económico: Função Social do Tributo* (1ª ed.). Porto: Vida Económica.
- Santos, J. A. (2003). *Teoria Fiscal*. Lisboa.
- Schloss, J. (23 de 8 de 2015). Aqui “imposto” significa “querido” e isso diz muito sobre a Dinamarca. (P. Crisótomo, Entrevistador) Obtido de <https://acervo.publico.pt/economia/noticia/aqui-imposto-significa-querido-e-isso-diz-muito-sobre-a-dinamarca-1705568>
- Schuman, H. &. (1985). *Handbook of social psychology* (Vol. 1). Random House.
- Soares, D. D. (2002). *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal*. Obtido de Dissertação de Mestrado do ISCTE.
- Soares, D. D. (2004). *Percepção Social da Fiscalidade em Portugal – Um Estudo Exploratório*. Lisboa: Edições Almedina.
- Torre, M. B. (1974). *O Homem e a Sociedade* (3ª ed.). são Paulo: Editora Nacional.
- Tuckman, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação* (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Xavier, A. (1981). *Manual de Direito Fiscal I*. Lisboa: Almedina.

APÊNDICE

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 1/6

Inquérito à Literacia Fiscal

Dissertação de Mestrado em Gestão Fiscal.

O objetivo deste inquérito é recolher informações sobre a perceção dos cidadãos no âmbito fiscal.

As respostas a este inquérito são anónimas e confidenciais. O seu preenchimento demora cerca de 4 minutos.

Os intervenientes que desejem ter conhecimento da análise dos resultados deste inquérito ou da Dissertação de Mestrado em causa, poderão solicitar pelo e-mail: miguelkosta@gmail.com.

Todas as questões são de resposta obrigatória.

A sua opinião é importante, agradeço a sua colaboração.

***Obrigatório**

INFORMAÇÃO PESSOAL

1.

FAIXA ETÁRIA *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Inferior a 23 anos
- ☐ Entre 24 e 35 anos
- ☐ Entre 36 e 50 anos
- ☐ Mais de 50 anos

2.

GÉNERO *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino

3.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL *

** Se for estudante e trabalhador, selecione apenas "estudante"*

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Conta de outrém
- ☐ Conta própria
- ☐ Estudante

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 2/6

4. **HABILITAÇÕES ACADÉMICAS ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Superior
☐ Frequência ensino superior
☐ Ensino secundário
☐ Ensino básico
☐ Outra

SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS

5. **ACOMPANHA NOTÍCIAS DE CARÁTER FISCAL? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------|
| Nunca | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Sempre |

6. **CONSIDERA IMPORTANTE CRIAR PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FISCAL NAS ESCOLAS? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Talvez

7. **COMO CLASSIFICA O SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|---------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|----------------|
| Muito simples | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito complexo |

8. **CUMPRE AS SUAS OBRIGAÇÕES FISCAIS ATEMPADAMENTE? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | 1 | 2 | 3 | |
|-------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------|
| Nunca | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Sempre |

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 3/6

9. **QUAL A FINALIDADE DA COBRANÇA DOS IMPOSTOS? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Financiar as necessidades essenciais do Estado
- ☐ Criar riqueza extra
- ☐ Reduzir o défice do Estado

10. **CONSIDERA NECESSÁRIO A COBRANÇA DE IMPOSTO PARA A VIDA EM SOCIEDADE? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|
| Pouco importante | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito importante |

11. **CLASSIFIQUE A ATUAÇÃO DO ESTADO NA GESTÃO DOS IMPOSTOS? ***

Marcar apenas uma oval.

- | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | |
|-----------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------|
| Nada satisfeito | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | Muito satisfeito |

12. **QUAL A ÁREA DO ESTADO QUE OBSORVE MAIS IMPOSTOS? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Serviços Gerais da Administração Pública
- ☐ Defesa Nacional
- ☐ Segurança e Ordem Pública
- ☐ Educação
- ☐ Saúde
- ☐ Ação e Segurança Social
- ☐ Juros da dívida
- ☐ Outra

13. **QUEM PREENCHE A SUA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS (IRS)? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ O próprio
- ☐ Contabilista Certificado
- ☐ Outro
- ☐ Não preencho

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 4/6

14. **CONSIDERA O CONTRIBUINTE PORTUGUÊS CUMPRIDOR? ***

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Nada cumpridor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito cumpridor

15. **EM 2017 ACEDEU AO PORTAL DAS FINANÇAS? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não conheço

16. **SOLICITA FATURAS COM NÚMERO DE CONTRIBUINTE? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

17. **VALIDA AS SUAS FATURAS NO PORTAL "E-FATURA"? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não
☐ Não conheço

18. **EM 2017 DESLOCOU-SE AO SERVIÇO DE FINANÇAS LOCAL? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
☐ Não

QUESTÕES SOBRE IMPOSTOS

19. **O QUE ENTENDE POR IVA? ***

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto sobre Veículos Automóveis
☐ Imposto sobre as Vendas e Aquisições
☐ Imposto sobre o Valor Acrescentado

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 5/6

20.

O QUE ENTENDE POR IRC? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto sobre Rendimento Cobrado
- ☐ Imposto sobre o Rendimento das pessoas Coletivas
- ☐ Imposto e Rendas Cobradas

21.

O QUE ENTENDE POR IRS? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Impostos e Regras Simples
- ☐ Imposto e Rendas Solidárias
- ☐ Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares

22.

O QUE ENTENDE POR IMT? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto sobre Máquinas Terrestres
- ☐ Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
- ☐ Imposto Municipal de Terrenos

23.

O QUE ENTENDE POR IMI? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto Mutuo e Independente
- ☐ Imposto Municipal sobre Imóveis
- ☐ Imposto sobre Mercados Imobiliários

24.

O QUE ENTENDE POR IUC? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto Único de Circulação
- ☐ Imposto Unilateral de Cobrança
- ☐ Imposto Único sobre Coimas

25.

O QUE ENTENDE POR ISV? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto Sobre Veiculos
- ☐ Imposto Sobre Viagens
- ☐ Imposto Sobre as Vendas

INQUÉRITO À LITERACIA FISCAL – PENICHE 6/6

26.

O QUE ENTENDE POR ISP? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Imposto Sobre o Pão
- ☐ Imposto Sobre os Programas Informáticos
- ☐ Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos

Obrigado pela sua colaboração!

Através da Sua colaboração neste inquérito, contribuiu para um estudo mais aprofundado da Literacia Fiscal em Peniche.